

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO**

**ACESSO À JUSTIÇA E LITIGIOSIDADE NA DOGMÁTICA DO PROCESSO
CIVIL BRASILEIRO**

CLAUDIO SOARES PEREIRA

Rio de Janeiro 2017/1

CLAUDIO SOARES PEREIRA

**ACESSO À JUSTIÇA E LITIGIOSIDADE NA DOGMÁTICA DO PROCESSO
CIVIL BRASILEIRO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Marilson Santana.

Rio de Janeiro 2017/2

CIP - Catalogação na Publicação

S43611 Soares Pereira, Claudio
1a ACESSO À JUSTIÇA E LITIGIOSIDADE NA DOGMÁTICA DO
PROCESSO CIVIL BRASILEIRO / Claudio Soares Pereira.
-- Rio de Janeiro, 2017.
64 f.

Orientador: Marilson Santana.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. Acesso à Justiça. 2. Abuso de Direito
Processual. 3. Desjudicialização. 4. Perfil
Litigioso Brasileiro. I. Santana, Marilson, orient.
II. Título.

341.46218

CLAUDIO SOARES PEREIRA

**ACESSO À JUSTIÇA E LITIGIOSIDADE NA DOGMÁTICA DO PROCESSO
CIVIL BRASILEIRO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Marilson Santana.

Data da Aprovação: / / .

Banca Examinadora:

Orientador

Co-orientador (Opcional)

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2017/2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, ao curso de Direito da UFRJ e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesses espaços foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Marilson Santana pela excelente orientação, meus familiares e colegas de curso pelo constante e primordial apoio, aos servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça e do Itaú Unibanco S.A, os quais contribuíram muito para a minha formação profissional.

“Os que se encantam com a prática sem a ciência são como os timoneiros que entram no navio sem timão nem bússola, nunca tendo certeza do seu destino”. (Leonardo da Vinci)

RESUMO

O acesso à justiça é um instituto tutelado pela carta magna, o qual garante a plenitude do Estado Democrático de Direito. Contudo, o acesso pode se dar de forma desenfreada, o que resulta em efeito contrário ao desejado na carta constituinte. Busca-se aqui esmiuçar a questão e apontar saídas para uma máquina judiciária mais célere e acessível.

Palavras-chave: Acesso à justiça; Abuso de direito de ação; Desjudicialização.

ABSTRACT

Access to justice is an institute protected by the Magna Carta, which guarantees the fullness of the Democratic State of Law. However, access can occur uncontrollably, resulting in an effect contrary to that desired in the constituent. The purpose here is to analyze the problem and point to a faster and more accessible judicial machine.

Key-words: Access to justice; Abuse of right of action; Related searches.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1- DA LITIGIOSIDADE	14
1.1- DO PROCESSO CIVIL	15
1.2- DA TUTELA JURISDICIONAL	17
1.3 - DA DEMANDA	19
1.4- DO ACESSO À JUSTIÇA	21
1.5 – EXPECTATIVA DOS LITIGANTES	24
1.6- LITIGIOSIDADE CONTIDA X LITIGIOSIDADE EXACERBADA	28
1.7 - ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO	29
2 - DESJUDICIALIZAÇÃO	34
3- PERFIL LITIGIOSO	42
3.1- REGIÃO NORTE	43
3.1.1- Amapá	44
3.1.2- Roraima	45
3.2- REGIÃO NORDESTE	47
3.2.1- Piauí	47
3.3- CENTRO-OESTE	49
3.3.1- Mato Grosso	50
3.4- SUDESTE	51
3.4.1- Rio – São Paulo	52
3.5- SUL	54
3.5.1- Rio Grande do Sul	54
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade dissertar acerca do que envolve o acesso à justiça nos tribunais brasileiros, destacando os institutos correlatos à litigiosidade, bem como apresentar entraves, saídas e perfis litigiosos brasileiros.

O homem é um indivíduo caracterizado pela sua vocação para a sociabilidade e singularidade de formação e comportamento. Em razão disto, é natural que as relações intersubjetivas e até mesmo intergrupais sejam marcadas por divergências de ordens diversas (emocionais, sociais, políticas, ideológicas, familiares, profissionais), as quais podem ser definidas como a gênese de um dos fenômenos mais comuns e recorrentes de qualquer sociedade: o conflito. Justificadas pela inegável existência de interesses contrapostos no tecido social e necessidade de proteção contra a própria barbaridade humana convencionou-se a criação de normas de convivência capazes de regular as relações humanas e aplicar sanções aos violadores do seu conteúdo em face de um descumprimento, qual seja o Direito.

Independente das forças influenciadoras do conteúdo normativo e da nítida reprodução do modelo impositivo dos valores e interesses dos grupos dominantes em vários modelos sociais há certo consenso doutrinário quanto à missão do Direito: promover a paz social. Sendo o detentor de uma função ordenadora de interesses difusos, deve perseguir, ainda, a cooperação entre os indivíduos e “harmonizar as relações sociais intersubjetivas, a fim de ensejar a máxima realização dos valores humanos com o mínimo de sacrifício e desgaste”⁴. Com o fortalecimento do Estado enquanto ente abstrato dotado de capacidade de organização político-institucional com o fim de reconhecimento e proteção universais dos seus nacionais sucedeu-se um incremento do seu poder na disciplina das relações privadas e, por consequência, a importância da participação da jurisdição como meio de solução de litígios. Ademais, com o desenvolvimento dos meios tecnológicos e a dinamicidade sócioeconômico-científica, constatou-se a necessidade de se ter órgãos consolidados, dotados de independência e imparcialidade com o fito de solucionar lides cada vez mais complexas.

No primeiro capítulo se apresenta um traço histórico e evolutivo da litigiosidade no país, evidenciando a crise democrática vivida entre as décadas de 1960 e 1980, a qual desencadeou em um processo de redemocratização com a Constituição Federal de 1988. Além disso, o referido capítulo relaciona e explica como a complexidade da sociedade pós-moderna

influencia na geração de demandas judiciais, o processo se adequa ao longo dos anos à sociedade para a qual se instrumentaliza; traz a segurança a todo um ordenamento positivado que remonta as estratégias necessárias para compor uma solução justa. Esta forma procedimental teve de ser adaptada de forma a adequar-se à sociedade na qual está inserida. A evolução desses pensamentos dá lugar a modernos entendimentos, que passam a ser contextualizados à visão clássica. Em seguida, faz-se uma análise dogmática acerca do Processo Civil, propondo um debate teórico sobre o instituto, fazendo, inclusive uma análise histórica do Processo Civil como um todo e dentro do sistema jurídico brasileiro. Feito esse estudo, cabe aqui tratar da tutela jurisdicional, passando pelo papel do estado como órgão garantidor e o papel do juiz na garantia do direito de ação e do procedimento.

No decorrer do capítulo, traz-se um estudo sobre a demanda, a partir de um debate dogmático entre os autores nos quais lecionam sobre o assunto. Passando pelo instituto da “demanda jurídica”, se torna necessário esmiuçar acerca do acesso à justiça, o qual não consiste somente em mera proclamação de direitos, mas também de mecanismos que permitam um sistema jurídico moderno e igualitário. A parte final do capítulo retrata acerca de um problema identificado no período de crise democrática - litigiosidade contida - o qual sofreu pronto combate, resultando em um fenômeno de cerne completamente oposto - litigiosidade exacerbada. Com a redemocratização caracterizada pela Constituição de 1988, procurou estimular o acesso à justiça, o que desencadeou em movimento oposto, o que pode estar relacionado ao abuso do direito de ação.

Antes da estruturação do Estado os litígios interpessoais eram solucionados através da autotutela, onde sempre prevalecia a decisão do mais forte, do mais astuto ou do mais ousado. Contudo, a partir da organização do Estado, a justiça privada deu lugar à justiça pública e o Estado passou a se impor sobre os particulares, decidindo os conflitos de interesses destes.

Com a estruturação, a sociedade está habituada a levar seus conflitos para os tribunais em busca da prestação jurisdicional por acreditar que o Poder Judiciário é a única fonte de acesso à Justiça, uma verdadeira cultura do litígio que culminou com a crise do Judiciário que, abarrotado de processos, está cada vez mais moroso e ineficiente. Desse modo, a problemática do trabalho, neste ponto, consiste na importância de aplicar um meio alternativo de acesso à justiça, não apenas para diminuir os elevados índices de congestionamento do Poder

Judiciário, mas sim, adotar uma técnica consensual capaz de criar um ambiente cooperativo de solução de conflitos, proporcionando relações sociais mais pacificadas.

O Poder Judiciário brasileiro, atualmente, vem passando por uma grave crise, uma vez que o acesso ao direito e à justiça tem se tornado cada vez mais difícil, devido o formalismo, as altas custas processuais, a lentidão do processo, que aumenta a dor e a angústia dos envolvidos. Diante estes obstáculos, os operadores do direito, notaram a necessidade de desenvolver meios mais simplificados e céleres capazes de diluir desavenças. Assim, surgiram os meios alternativos de pacificação de conflitos; sendo que dentre estes meios, se destacam a mediação, a conciliação e a arbitragem.

Diante deste cenário a desjudicialização surge como um relevante instrumento capaz de proporcionar a redução do volume de processos, de modo a desobstruir o Poder Judiciário e auxiliá-lo, para que preste a tutela jurisdicional pretendida às demandas que a aguardam. As soluções de controvérsias, em sua acepção ampla, são utilizadas pelas civilizações desde o início dos tempos. Com menores ou maiores tecnologias, elas foram desenvolvidas e os resquícios de seu princípio perduram até os dias atuais nos referidos institutos. Com a temática na qual se encerra o primeiro capítulo, aborda-se no segundo capítulo acerca do instituto da desjudicialização. Com a exposição do problema abordado no item anterior, tem-se, para o trabalho, a necessidade de desenvolver sobre formas e maneiras de se buscar a redução da litigiosidade na sua forma judicializada. Sobre este tema, o trabalho discorre relativamente aos meios alternativos de solução de conflitos, como: a autotutela, a autocomposição a mediação e a arbitragem, abordando-se como esses institutos se dão, como já funcionam e como poderiam de desenvolver.

No terceiro capítulo, após apresentação de desenvolvimento dos institutos nos quais a dogmática brasileira disserta em relação à litigiosidade no Brasil, o presente trabalho esmiúça quanto ao perfil litigioso do país. Nesse capítulo, busca-se trazer a diversidade existente em todo território nacional e explicar como ela se dá no âmbito judicial. Para isso, extrai-se números referentes à justiça estadual e os relaciona com dados sociais. Esse racionamento é feito, primeiramente, em relação ao todo e às macrorregiões do Brasil, para em seguida fazer um comparativo com alguns Estados em destaque. Evidenciaremos aqui de que modo o desenvolvimento social, a economia domiciliar, a educação média regional, a média de idade

e a concentração populacional influenciam na geração de novas demandas. Buscamos aqui, relacionar todos os dados mencionados com os principais assuntos litigados. Esse último ponto busca também aplicar os conceitos e institutos estudados ao longo de todo o trabalho e os relacionar aos números e dados extraídos neste capítulo.

1- DA LITIGIOSIDADE

A doutrina acerca do núcleo do tema ainda é bastante escassa. Para isso, faz necessário apoiar-se em trabalhos sobre diversos assuntos e entrelaçá-los.

Nós temos no território nacional um sistema judicial extremamente atuante e acionado. O direito invade todas as relações sociais, através do papel genuíno do Estado, o qual regula as relações entre particulares, buscando induzir a sociabilidade, aproximando os indivíduos do Estado, para convertê-los em cidadãos. Contudo, a instabilidade política ocorrida entre a década de 1960 e o final da década de 1980, desencadeou em um processo de redemocratização. Tivemos, a partir daí uma sociedade brasileira sem raízes cívicas e sem normas ou instituições que garantissem a reprodução de um sistema democrático. A incapacidade do Estado de respaldar as necessidades sociais democráticas fez com que as demandas caíssem sobre o judiciário, logo, a justiça se tornou um lugar que se exige a realização da democracia.

O escopo político-social por si só já justificaria parte do quantum de litigiosidade judicializada. Porém, a complexidade da sociedade pós-moderna – como define Boaventura de Souza Santos – gera demanda de massa. O espaço Geográfico se desenvolve de forma lenta ao compararmos com a multiplicação populacional e à necessidade desenvolvimentista solicitada pelo sistema capitalista. Por isso, em síntese, temos, ao avançar da linha do tempo, mais pessoas se relacionando em área proporcionalmente menor, o que probabilisticamente aumenta a possibilidade de conflitos. O presente trabalho irá manifestar-se acerca do relacionamento constante e cada vez mais aproximado e concentrado da população, fazendo um estudo do comportamento social desse núcleo. Nesse estudo, mostraremos, através de dados e teorias sociológicas, de que maneira atos e comportamento social poderão desencadear em litígios.

Em um primeiro momento, precisamos entender a lide em sua essência. Os trabalhos do Autor Luiz Werneck Vianna nos ajuda a entender porque se faz necessário debruçar-se no maquinário judiciário, seja pela análise do perfil decisório daqueles que compõem os órgãos jurisdicionais, seja pela carência de dois dos três poderes ao garantir uma sociedade

democrática.

Além disso, faz-se primordial considerar o perfil e as necessidades apresentadas pela sociedade capitalista pós-moderna, conforme destrincha o autor Boaventura de Sousa Santos.

A doutrina de Kasuo Watanabe destrincha acerca da “Litigiosidade contida e exacerbada”. Dessa obra extrairemos que litigiosidade é tudo que está sendo discutido em juízo, ou seja, a relação autor-réu e que se torna litigiosa a partir do momento de ajuizada a ação, diante de um direito que se entende próprio, e que encontra resistência a essa pretensão. Os institutos abordados por Watanabe servirão como pilar intelectual do desenvolvimento da presente pesquisa.

1.1- DO PROCESSO CIVIL

Nas palavras de Miguel Reale¹, “a categoria do passado só existe enquanto há possibilidade de futuro, o qual dá sentido ao presente que em passado se converte”. Desse modo, faz-se necessária uma análise evolutiva do processo civil para buscar a compreensão do modelo atual e as tendências futuras.

Em tempos primitivos, inexistia o monopólio estatal ou leis impostas pelo Estado aos particulares. O uso da própria força segundo os seus critérios pessoais, a autotutela, não garantia a justiça, mas tão-somente a vitória do mais forte. A autocomposição, outra forma de solução possível, exige a renúncia de uma das partes ou de ambas e denota um caráter de satisfação parcial. A seguir, tornou-se crescente a atividade dos árbitros, geralmente exercida por sacerdotes, e promovia uma solução amigável e imparcial. Não obstante, tanto na autocomposição quanto na arbitragem facultativa havia resquícios da autotutela, ao passo que o cumprimento das decisões era exercido de forma violenta.

O fortalecimento do Estado se deve ao período da arbitragem obrigatória, época em que surgiu a figura do legislador e do processo. A atividade estatal, tal qual é conhecida atualmente, surge em período posterior. O exercício da jurisdição exige todo um sistema processual, já que visa à promoção de valores humanos e à consequente pacificação dos conflitos com justiça.

¹ REALE, Miguel. Teoria tridimensional do direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 32.

Até meados do século XX, o processo civil passava por uma fase em que não possuía autonomia; era visto apenas como um capítulo do direito privado, de tal forma que se reduzia a conhecimentos empíricos. O sincretismo foi sucedido pela fase autonomista ou conceitual. Essa última se caracterizou por ser uma época de descobertas e grandes construções científicas que afirmaram a autonomia do direito processual. Durante quase um século, pontos estruturais do sistema foram amplamente discutidos. Contudo, não havia ainda um compromisso com resultados substancialmente justos. Tal preocupação somente ocorreu com a fase atual instrumentalista, atingindo níveis expressivos de desenvolvimento a partir de uma perspectiva teleológica.

Apesar de o Código de Processo Civil de 1973 se assemelhar em muitos pontos com o anterior - de 1939 - demonstra um caráter progressista, melhor delineado à época. Não obstante o avanço na matéria, essa fase não pode ser vista com exaurimento do caráter reformista. Essa afirmação pode ser comprovada mediante as inúmeras leis que reformaram o Código desde sua edição, a fim de minimizar os pontos sensíveis do sistema. Muito embora esteja alinhado o objetivo do Estado com a evidência de técnicas para o exercício da jurisdição, há falhas na complexa missão perante à sociedade, sobretudo com relação à justiça perante os indivíduos. Para alcançar o resultado pretendido, o processo deve ser tão complexo quanto a sociedade.

Mais recentemente, com a aprovação do Novo Código de Processo Civil, as diretrizes processuais ganham novo vigor sob os debates calorosos, sobretudo dos neoprocessualistas.

Contudo, não se pode afirmar que os avanços em matéria processual tenham findado. O processo está em constante evolução. De acordo com as necessidades da sociedade, o processo deve se adequar para cumprir o seu objetivo. O instrumento processual existe para atender aos anseios da sociedade. Nesse passo, assim como esta demonstra estar em constante transformação, o processo deve acompanhá-la progressivamente, sob pena de não corresponder aos objetivos para o qual justifica a sua existência.

1.2- DA TUTELA JURISDICIONAL

Ao proibir a justiça de mão própria, o Estado avocou para si o monopólio dessa, comprometendo-se à prestação jurisdicional necessária para a solução da lide, leciona Watanabe².

Com alcance além desse conceito, entende Geraige Neto³ que o Estado deve, além de oferecer o caminho para buscar seus direitos, um resultado útil. Este deverá ser justo e de acordo com os mecanismos adequados para a prestação jurisdicional, o que poderá não corresponder ao esperado pelo demandante.

Conceitua Didier⁴ a jurisdição como:

“A função atribuída a terceiro imparcial de realizar o Direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo/efetivando/protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insuscetível de controle externo e com aptidão para torna-se indiscutível”.

Bedaque⁵ retoma a finalidade do direito de ordenar a convivência social e compor os eventuais conflitos para conceituar a jurisdição como a atividade estatal dedicada a garantir eficácia prática ao ordenamento jurídico, visto que o objetivo do Estado é o bem comum.

De acordo com o Dinamarco⁶, a tutela jurisdicional pode ser entendida pela função do Estado de resolver os conflitos deduzidos em um processo, por meio da atuação dos juízes. Deste modo, aquele que vier a receber a tutela jurisdicional obterá sensações felizes e

² WATANABE, Kazuo. Controle jurisdicional e mandado de segurança contra atos judiciais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 20.

³ GERAIGE NETO, Zaiden. O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional: art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 13.

⁴ DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil. V. 1. 14. ed. Salvador: Jus Podivm. 2012, p. 95.

⁵ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Poderes instrutórios do juiz. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 32.

⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. A reforma do código de processo civil. 5. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 107.

favoráveis, propiciadas pelo Estado quando do exercício da jurisdição. Uma vez reunidos os requisitos processuais previstos pelo Código de Processo Civil, aquele que ingressar em juízo poderá exercer o seu direito de ação e exigir do juiz uma sentença com referência à sua pretensão. Não obstante, o cumprimento destes requisitos não importará em uma sentença favorável, caso não estejam provados os fatos e o direito material alegado.

Essencialmente, os autores mencionados denotam em comum a função do Estado que, ao promover o equilíbrio social, toma para si a atividade que antes era exercida de forma temerária. Para a satisfação dos interesses pleiteados, torna-se necessário o suporte de todo um sistema que possibilite a correta interpretação da norma jurídica para a aplicação substancial do direito.

O princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional está previsto no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição da República: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Leciona Reale⁷ que: “Princípios são, pois, verdades ou juízos fundamentais que servem de alicerce ou garantia de certeza a um conjunto de juízos ordenados em um sistema de conceitos relativos a dada porção da realidade”.

Dinamarco⁸ menciona que os ordenamentos jurídicos modernos caracterizam-se pela universalização da jurisdição. Este movimento consiste no endereçamento à maior abrangência possível combinada com a redução racional de resíduos não jurídicos que possam interferir no processo com vistas a garantir a efetividade da tutela jurisdicional previstas na Constituição.

No entanto, a mera prestação jurisdicional não é o bastante, se não alinhado o binômio quantidade e qualidade. Desta forma está o pensamento de Dinamarco:

“Mesmo quando se reduza ao mínimo suportável a chamada litigiosidade contida (Kazuo Watanabe), restam ainda as dificuldades inerentes à qualidade dos serviços jurisdicionais, à tempestividade da tutela ministrada mediante o processo e à sua

⁷ REALE, Miguel. Filosofia do direito. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1986, p.60

⁸ DINAMARCO, op. cit., p. 116-117.

efetividade. Isso significa que não basta alargar o âmbito de pessoas e causas capazes de ingressar em juízo, sendo também indispensável aprimorar internamente a ordem processual, habilitando-a a oferecer resultados úteis e satisfatórios aos que se valem do processo. Um eficiente trabalho de aprimoramento deve pautar-se por esse trinômio, não bastando que o processo produza decisões intrinsecamente justas e bem postas mas tardias ou não traduzidas em resultados práticos desejáveis; nem sendo desejável uma tutela jurisdicional efetiva e rápida, quando injusta. Para a plenitude do acesso à justiça importa remover os males resistentes à universalização da tutela jurisdicional e aperfeiçoar internamente o sistema, para que seja mais rápido e mais capaz de oferecer soluções justas e efetivas. É indispensável que o juiz cumpra em cada caso o dever de dar efetividade ao direito, sob pena de o processo ser somente um exercício improdutivo de lógica jurídica. Tal é mesmo um dever do juiz, estabelecido no art. 125, inc. 11, do Código de Processo Civil.”

Na perspectiva da efetividade e celeridade, a prestação jurisdicional deve ser analisada de forma cautelosa. De nada adiantaria um provimento célere, porém injusto; da mesma forma, uma decisão justa, todavia, tardia. Ao processo deve ser dada uma interpretação teleológica para afigurar-se conforme os pressupostos que lhe são intrínsecos, os quais visam, sobretudo, a pacificação dos conflitos da sociedade.

1.3 - DA DEMANDA

Demandar significa postular. O poder de postular em juízo decorre do direito de ação. Watanabe⁹ afirma que “o processo é inerente à própria garantia da tutela jurisdicional”. O processo é o meio pelo qual são exercidos os direitos, especialmente os de liberdade e igualdade. Dessa forma, a tutela jurisdicional decorre da instrumentalidade do processo.

Segundo Dinamarco¹⁰, o processo é uma imposição da necessidade do serviço jurisdicional e instrumento para a sua prestação. Ou seja, se justifica para o exercício da jurisdição e assume relevo social a partir do momento que há necessidade de juízes e seus serviços – a pacificação diante do exercício da jurisdição – por parte da sociedade. O mesmo autor¹¹ disciplina ainda que “o processo deve ser apto a cumprir integralmente toda a sua

⁹ WATANABE, op. cit., p. 30

¹⁰ DINAMARCO, op. cit., 2009a, p. 304

¹¹ Id. A instrumentalidade do processo. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2009b, p. 319.

função sócio-político-jurídica, atingindo em toda a plenitude todos os seus escopos institucionais”.

Há uma tendência universal que aponta para o aprimoramento da prestação jurisdicional instrumentalizada no processo. Segundo Oliveira¹² “processo instrumental e efetivo é, antes de tudo, aquele capaz de concretizar os princípios constitucionais”.

Uma vez instado a se manifestar, o Estado-juiz deve agir no determinado conflito de interesses. É missão intrínseca do Poder Judiciário solucionar o conflito e prestar ao vencedor a efetiva prestação jurisdicional.

Não se pode olvidar, contudo, que diante do princípio da inércia, a atuação do Estado-juiz é condicionada à provocação, de forma que seja alcançada a sua finalidade, a qual somente pode ser alcançada no deslinde de um processo justo.

Pondera Eduardo Cambi¹³ que:

“Nenhuma decisão poderia ser considerada justa se estivesse fundada em um acerto incorreto e insuficiente dos fatos. O acerto verdadeiro dos fatos é uma condição necessária, embora não suficiente, para que se possa dizer que a decisão judicial é justa”.

Desse raciocínio, emerge o direito à defesa ao contraditório, preceituado no artigo 5º, inciso LV da Constituição da República: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

Atento ao exercício do direito de ação e seus consectários, leciona Alexandre Câmara¹⁴:

“Aquele que demanda pleiteia ao Estado um provimento jurisdicional que vai, se

¹² OLIVEIRA, Bruno Silveira de. Os princípios constitucionais, a instrumentalidade do processo e a técnica processual. Revista de processo, São Paulo, ano 32, n 146, p. 321-331, 2007.

¹³ CAMBI, Eduardo. Direito constitucional à prova no processo civil. São Paulo: RT, 2001, p. 78.

¹⁴ CÂMARA, Alexandre Freitas. Princípio da correlação entre demanda e sentença no direito processual civil. Revista dialética de Direito Processual. São Paulo, nº 44, nov./2006, p. 9-19

concedido, produzir efeitos sobre a esfera jurídica do demandado. Por essa razão, o demandado deve ter o direito de se defender (e a defesa do demandado nada mais é do que o exercício, por este, do seu poder de ação já que ao contestar o demandado está, a rigor, ajuizando uma demanda de declaração da inexistência do direito alegado pelo demandante).”

Já que se trata de um instrumento ético e não puramente técnico, o provimento jurisdicional deve solucionar o caso concreto, mesmo que o resultado seja desfavorável àquele que exerceu o seu direito em primeiro lugar. A ação está vinculada à função jurisdicional, e não ao objetivo da parte.

Portanto, sendo um conjunto de atos coordenados praticados pelos sujeitos processuais no exercício da jurisdição, o processo possui caráter dinâmico e complexo. Mais do que isso, Leonardo Greco¹⁵ avalia que o processo é um fenômeno jurídico em evolução:

“Por seu caráter dinâmico, o processo seria mais do que uma relação jurídica, figura estática e, portanto, inidônea a exprimir aquele movimento jurídico em que consiste a verdadeira realidade do processo, uma série de relações jurídicas em contínua transformação, na evolução de situações através do exercício dos poderes conferidos aos três sujeitos principais¹⁶ . “

Dessa forma, a demanda judicial deve ser instrumento eficiente quando do momento da prestação da tutela jurisdicional para a obtenção de resolução do conflito de interesses, pautada pelo direito de acesso à justiça.

1.4- DO ACESSO À JUSTIÇA

A garantia do acesso à justiça é basilar tanto do processo quanto dos princípios

¹⁵ GRECO, Leonardo. Instituições de processo civil. V. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 251.

¹⁶ Referência ao autor, réu e juiz como os três sujeitos principais do processo, muito embora reconheça a existência de outros.

constitucionais. Deve ser vista como o mais básico dos direitos fundamentais garantido pela Constituição Federal, uma vez que por meio de seu exercício é assegurada a prestação jurisdicional a quem tiver seu direito violado. Sendo assim, não há livre acesso à justiça em uma sociedade em que não há preservação dos direitos fundamentais.

Como bem lembra Paroski¹⁷, já que não é possível a solução do conflito por mãos próprias, cabe ao Estado disponibilizar à sociedade os instrumentos para a obtenção de justiça:

“Reservar para si, como fez o Estado, o monopólio da justiça, e ao mesmo tempo, como consequência lógica, proibir a realização da justiça pelas próprias mãos, como é intuitivo, importa na necessidade da implantação de meios eficazes de solução dos conflitos de interesses, mas não apenas isso, pois que o pleno acesso a esses deve zelar pela criação de instrumentos processuais que tenham aptidão de efetivamente realizar este propósito maior, de atuar pela manutenção da paz social, que se atinge quando se soluciona dentro de certos parâmetros de razoabilidade os conflitos jurídicos individuais e coletivos.”

O acesso à justiça não deve ser reduzido ao mero exercício do direito de ação, mas compreendida como a efetiva participação no processo e a prestação jurídica adequada por parte do magistrado. Essa adequação compreende implicitamente os princípios da celeridade e efetividade, intrínsecos a um provimento jurisdicional justo e seguro, norteado à luz do *due process of law*.

Para Rodrigues¹⁸, o acesso à justiça não significa apenas o ingresso ao Poder Judiciário, mas sim à ordem jurídica justa e, para tanto, é necessário que haja meio materiais e processuais suficientes para garantir um provimento justo.

Ordem jurídica justa é aquela que garante o efetivo acesso à justiça e um provimento jurisdicional ao maior número possível de pessoas.

¹⁷ PAROSKI, Mauro Vasni. Direitos fundamentais e acesso à justiça na constituição. São Paulo: LTR, 2008, p. 141.

¹⁸ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Acesso à justiça no direito processual brasileiro. São Paulo: Acadêmica, 1994, p. 28-31.

Dinamarco¹⁹ já defendia em meados de 1992 a 1995 a reforma do Código de Processo Civil:

“Acesso à justiça equivale à obtenção de resultados justos. É o que também já se designou como acesso à ordem jurídica justa (Kazuo Watanabe). Não tem acesso à justiça aquele que sequer consegue fazer-se ouvir em juízo, como também todos os que, pelas mazelas do processo, recebem uma justiça tarda ou alguma injustiça de qualquer ordem. Augura-se a caminhada para um sistema em que se reduzam ao mínimo inevitável os resíduos de conflitos não jurisdicionalizáveis (a universalização da tutela jurisdicional) e em que o processo seja capaz de outorgar a quem tem razão toda tutela jurisdicional a que tem direito. Nunca é demais lembrar a máxima chioveniana, erigida em verdadeiro slogan, segundo a qual “na medida do que for praticamente possível o processo deve proporcionar a quem tem um direito tudo aquilo e precisamente aquilo que ele tem o direito de obter”.

De acordo com Capelletti e Garth²⁰, o acesso à justiça não significa meramente a proclamação dos direitos, mas sim o requisito fundamental de um sistema jurídico moderno e igualitário.

Não basta que a solução jurisdicional resolva o conflito de interesses; ela deve ser efetiva, adequada e tempestiva. Pondera Nalini²¹:

“A ideia de acesso à justiça é a síntese de todo o pensamento moderno voltado à concepção da instrumentalidade do processo e dos grandes princípios e garantias constitucionais desse mecanismo de realização do justo concreto. Todos eles precisam coordenar-se rumo a converter o sistema processual em instrumento acessível, bem administrado, justo e provido da maior produtividade possível.”

A limitação do acesso à justiça devido a fatores sociais e econômicos desde sempre se revelou um óbice aos objetivos processuais, que, diante da miserabilidade das pessoas e o custo do processo não possuem meios de arcar com as despesas processuais. Dinamarco²²

¹⁹ DINAMARCO, op. cit., 2001, p. 21-22

²⁰ CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução e rev. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 12.

²¹ NALINI, José Renato. O juiz e o acesso à justiça. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 176.

²² DINAMARCO, op. cit., 2009b, p. 324-325

compreende que, por consequência, constitui um dos fatores de decepção e expectativas frustradas. Para combater esse percalço, nota-se que o direito brasileiro tem evoluído significativamente. Exemplos dessa preocupação é a edição da Lei de Juizados Especiais e a tutela de direitos supraindividuais, tais como o mandado de segurança coletivo, as ações civis públicas e a tutela relacionada ao meio ambiente e valores correlatos, tal como ocorre nas class actions²³.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, tornou-se ainda mais respeitoso o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, que anteriormente, devido ao momento histórico vivido no país, era limitado por questões políticas.

A Constituição da República de 1988 atingiu significativamente o sistema processual brasileiro ao prever garantias e princípios até então não positivados. O contraditório, o expresso due process of law, a motivação das decisões judiciais, a garantia do juiz natural entre outros são exemplos das inovações trazidas.

Ressalve - se que a garantia constitucional do direito à ação não é absoluta, ao passo que sofre limitações pela própria Constituição. A função essencial do processo é fazer justiça e pacificar as pessoas, e não se servir de mero instrumento revanchista para atender aos anseios individuais de cada um que ingressa em juízo.

1.5 – EXPECTATIVA DOS LITIGANTES

Aquele que provoca a jurisdição o faz em prol do benefício próprio. Não obstante, ao levar a matéria do caso concreto ao magistrado, a questão deixa a esfera individual do litigante e passa à análise de mérito para reconhecimento da existência de direito violado.

O autor busca apenas satisfazer as suas pretensões. Para a jurisdição, sua intenção é

²³ Class actions é uma construção da equity prevista na regra 23 das “Federal rules of civil procedure”, do ordenamento americano. Há uma preocupação solidarista nos ordenamentos de países de origem anglo-saxônica, que alargam a legitimidade para a propositura da ação quando houver tantas pessoas interessadas que seriam praticamente impossível que todas viessem a ser representadas na corte, cabendo a membros representativos a demanda em nome próprio ou de terceiros que estejam na mesma situação. Ibid., p. 330-331.

irrelevante, pois a ação não está vinculada ao objetivo visado pela parte, mas sim à finalidade da própria função jurisdicional.

De forma acertada afirma Oliveira²⁴ ao tratar do assunto:

“O processo civil não atua no interesse de nenhuma das partes, mas por meio do interesse de ambas. O interesse das partes não é senão um meio, um estímulo, para que o Estado, representado pelo juiz, intervenha e conceda razão a quem efetivamente a tem, concomitantemente satisfazendo o interesse público na atuação da lei para a justa composição dos conflitos.”

Por justa composição, deve-se entender a busca dos fatos constitutivos, modificativos e extintivos da forma mais fiel possível do direito afirmado. Pondera Badaró²⁵ que “mesmo que se aceite a impossibilidade de se atingir um conhecimento absoluto ou uma verdade incontestável dos fatos, não é possível abrir mão da busca da verdade”.

A tentativa de buscar a representação mais fiel possível dos fatos se revela a grande missão do magistrado, que necessita encontrar a essência do conflito para dar-lhe a solução mais adequada, na medida em que evidenciados os direitos discutidos na relação em debate. A busca da verdade é encargo intrínseco ao julgador, que deve alcançar meios de encontrá-la, sob pena de desfigurar sua própria função.

Na esteira desse entendimento, leciona Humberto Theodoro Júnior²⁶ acerca do papel do juiz contemporâneo:

Embora a verdade real, em sua substância absoluta, seja um ideal inatingível pelo conhecimento limitado do homem, o compromisso com sua ampla busca é o farol que, no processo, estimula a superação das deficiências do sistema procedimental. E é com o espírito de servir à causa da verdade que o juiz contemporâneo assumiu o comando oficial do processo integrado nas garantias fundamentais do Estado

²⁴ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Poderes do juiz e visão cooperativa do processo. Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. 30, n. 90, p. 55-84, 2003.

²⁵ BADARÓ, Gustavo Righi Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 24.

²⁶ THEODORO JÚNIOR., Humberto. Prova – princípio da verdade real – poderes do juiz – ônus da prova e sua eventual inversão – provas ilícitas – prova e coisa julgada nas ações relativas à paternidade (DNA). Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, ano I, n. 3, p.5-23, 1999.

Desse modo, é salutar que seja aferido no caso concreto, por todos os meios admitidos em direito, a real verdade acerca dos fatos discutidos. A mera cognição superficial não seria justa do ponto de vista da efetividade. Abreu²⁷ pondera que a própria estrutura do processo de conhecimento propicia a procrastinação do processo.

Não há dúvidas de que a consolidação da democracia, sobretudo após a Constituição de 1988, alargou a importância do Judiciário, bem como o acesso à justiça. Todavia, apesar do inegável avanço democrático, nota-se uma explosão de litigiosidade registrada nos últimos anos.

Por inúmeros fatores, os litigantes acionam o Poder Judiciário para solucionar problemas cotidianos por acreditarem que tiveram seus respectivos direitos violados, o que muitas vezes não resta comprovado na instrução probatória verificada posteriormente.

Amaral²⁸ analisa alguns desses fatores:

“Realmente a incidência de conflitos está aumentando visivelmente na sociedade. De um lado, por falta de tempo as pessoas estão se tornando individualistas, deixando de dialogar com os outros, além da perda dos laços de solidariedade, o que gera uma incompreensão entre os indivíduos. De outro lado, a sociedade vivencia novos conflitos, em decorrência das transformações sociais, econômicas e políticas, do crescimento excessivo da população urbana, da industrialização, do grande contingente de desempregados, do surgimento de novas tecnologias, do elevado índice de violência, fazendo com que os conflitos tenham alto grau de complexidade.”

Como consequência da judicialização excessiva, pode ser verificado um aumento desmensurado do número de demandas ajuizadas. Não bastasse o crescente índice populacional, fato esse que por si já elevaria o quantitativo litigioso, a falsa ideologia de levar ao Judiciário todo e qualquer evento cotidiano que tenha causado algum tipo de frustração

²⁷ ABREU, Leonardo Santana de. Direito, ação e tutela jurisdicional. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2011, p. 67.

²⁸ AMARAL, Maria Terezinha Gomes. O direito de acesso à justiça e a mediação. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009, p. 39.

acaba por saturar a capacidade de gestão do referido Poder.

Faria²⁹ considera a questão do ponto de vista político e ideológico ao afirmar que a crescente procura deve-se aos movimentos populares, que, utilizando a política e o discurso acerca dos direitos humanos, utilizam os mecanismos judiciais como sinônimo de direito às maiorias marginalizadas.

O que se percebe é que, em detrimento desse tipo de demanda, os demais processos acabam por serem lesados diante da demora pelo provimento jurisdicional, haja vista a necessidade de dar vazão a todos os litígios demandados.

Como resultado de litígios sem que haja efetivamente um direito violado, há um elevado índice de julgamentos de improcedência do pleito, o que gera a falsa percepção de que uma injustiça foi cometida. Mais uma vez, o litigante atua visando seus interesses próprios e por muitas vezes age egoisticamente ao provocar a jurisdição. Este, não obtendo resultado positivo de seus anseios, passa a desacreditar na tutela jurisdicional que lhe é prestada.

A par desses pensamentos, Campilongo³⁰ avalia:

“Da mesma forma, as decisões dos tribunais também não podem depender do aplauso das assembleias ou da aceitação das praças. Daí o perigo, pra a democracia representativa, da “jurisdição da política” ou da “politização da justiça” (...) Ao Poder Judiciário, no desempenho de sua função infungível e no operar do seu código específico, recai a responsabilidade pela garantia dos direitos das minorias e das oposições.”

Além disso, não basta que se encontre uma solução ao caso concreto, é preciso ainda que o resultado da demanda seja o mais aderente possível ao direito material, alcançado em tempo razoável.

²⁹ FARIA, José Eduardo. Introdução: o Judiciário e o desenvolvimento sócio- econômico. In: _____. Direitos humanos, direitos sociais e justiça. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 11-29.

³⁰ CAMPILONGO, Celso Fernandes. O direito na sociedade complexa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 78-79.

Pelos motivos mencionados, o provimento jurisdicional tende de ser cada vez mais demorado, o que culmina na crise do Judiciário, por não conseguir suprir a quantidade de demandas em período satisfatório.

1.6- LITIGIOSIDADE CONTIDA X LITIGIOSIDADE EXACERBADA

O Poder Judiciário era pouco acionado durante os anos do regime militar e deixou de acompanhar o desenvolvimento da sociedade, estando despreparado para a quantidade de demandas que surgiriam nos anos subsequentes com a Constituição Cidadã.

Primariamente, com o atraso no desenvolvimento dos tribunais e com a fragilidade do acesso à justiça, observou-se o fenômeno da “litigiosidade contida”. Identificado este problema, se fez necessário criar políticas de ampliação do acesso à justiça.

Por um lado, a ampliação e garantia do acesso à justiça é grande importância para a plenitude do estado democrático de direito, bem como, percepção da segurança jurídica.

O número de processos, elevado de forma espantosa nos últimos anos, resulta de consequências diretas do alargamento do acesso ao Judiciário. Em que pese a exponencial elevação dos direitos sociais, a garantia do livre acesso trouxe uma série de entraves até então não vistos.

A política de ampliação do acesso à justiça fora fomentada, simbolizada, por exemplo, pela criação dos Juizados Especiais. De acordo com o professor Kasuo Watanabe, o Estado brasileiro é “um grande gerador de conflitos”, pois na imensa maioria dos processos que tramitam no Poder Judiciário existe a presença do Estado ou uma de suas emanções, principalmente nos polos passivos das demandas. Assim, faz-se esclarecer que os Juizados Especiais foram criados com uma missão específica: ampliar o acesso a uma ordem jurídica justa, buscando-se eliminar o que se convencionou de litigiosidade contida, na medida em que permitiu o ajuizamento de ações perante tal rito procedimental facilitado ou desburocratizado.

Contudo, a facilidade do acesso à justiça tira a característica de “ultima ratio” do processo judicial, no âmbito dos conflitos civis, ademais, o aspecto condenatório do juízo faz

a tentativa de solução administrativa ser preterida pela demanda processual. Portanto, na tentativa de acabar com um instituto, criou-se outro.

A questão não é atual. Barbosa Moreira³¹, no ano de 1992, já previa que o mero aumento populacional seria, por si só, causa de sobrecarga de trabalho:

“O simples aumento à medida que se vão disseminando o conhecimento dos direitos, a consciência da cidadania, a percepção de carências e a formulação de aspirações, correlatamente emerge, na população já existente, a demanda até então contida, sobe a porcentagem dos que pleiteiam, reclamam, litigam [...]”

1.7 - ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO

Tem-se, como um dos principais entraves ao bom andamento do sistema judicial brasileiro, o abuso do direito de ação, o que acarreta uma sobrecarga do Poder Judiciário. A teoria do abuso ou da relatividade dos direitos parte da própria negação até o seu reconhecimento pela doutrina. Do ponto de vista histórico, grande parte dos autores reconhece que a teoria do abuso do direito sofreu forte influência da ideia de culpa ou dolo característico dos *atos emulativos* no Direito Romano, tendo tomado corpo com a Revolução Francesa em reação ao autoritarismo do Estado no século XIX e meados do século XX.

O clamor da época pela garantia dos direitos individuais em reação aos destemperos daqueles que governavam e, portanto detinha o poder, fez com que cada conquista normativa se revestisse de caráter fundamental onde qualquer limitação soava como retrocesso autoritário. É nesse momento que o abuso do direito passa a ser tolerado pela cegueira do que se havia conquistado e evoluído sob o aspecto legislativo e do próprio pensamento. Em reação ao absolutismo do Estado nasce o absolutismo dos direitos individuais. Com o passar do tempo os direitos subjetivos deixaram de ser vistos dentro dessa ótica absolutista e passaram a ser considerados de acordo com a função social da norma.

Para Everardo da Cunha Luna³² é da relatividade dos direitos subjetivos que o abuso

³¹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. A justiça no limiar de novo século. Revista Forense, Rio de Janeiro, ano 88, v. 319, p. 69-75, jul/ago/set 1992.

³² LUNA, Everardo da Cunha. *Abuso de Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1959

do direito se origina. Para o autor:

“É tradicional, entre os juristas, a aceitação do binômio direito objetivo e direito subjetivo. O direito objetivo como norma – norma agendi, e o direito subjetivo como faculdade – facultas agendi, cuja distinção decorre da natureza, a um tempo formal e material, do ordenamento jurídico, integram-se e se harmonizam no conceito da norma.”

Assim, o direito objetivo identifica-se com a norma, formalmente considerada, e o direito subjetivo, com o conteúdo da norma, com a matéria ou substância jurídica, interesses protegidos que se transformam, conforme uma concepção teleológica do direito, em bens jurídicos.

Comete abuso de direito, enfim, aquele que transgride os limites subjetivos da norma quer pode negar os limites objetivos ou por excedê-los quando do seu exercício ferindo a destinação do direito.

No Código de Processo Civil de 1973, que circunda a hipótese de abuso do direito de demandar, define-se litigante de má-fé como aquele quem venha a ajuizar demanda contra texto legal ou fato que não caiba controvérsia, altere a veracidade de fatos ou utilize o processo para obter fins legais, apesar de, muitas vezes, não morais.

O atual Código Civil, de forma genérica e não precisa, tenta definir o que venha a ser ilicitude e também esboça a figura do abuso de direito no art. 187, ao prescrever que “também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

Nesse sentido, a lição de Caio Mário da Silva Pereira³³:

“Não se pode, na atualidade, admitir que o indivíduo conduza a utilização de seu direito até o ponto de transformá-lo em causa de prejuízo alheio. Não é que o exercício do direito, feito com toda regularidade, não seja razão de um mal a outrem. Às vezes é, e mesmo com frequência. [...] É por isto que todas as teorias que tentam

³³ PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. vol.1. Introdução ao direito civil; teoria geral do direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 673.

explicar e fundamentar a doutrina do abuso de direito têm necessidade de desenhar um outro fator, que com qualquer nome que se apresente estará no propósito de causar o dano, sem qualquer outra vantagem. Abusa, pois, de seu direito o titular que dele se utiliza levado um malefício a outrem, inspirado na intenção de fazer mal, e sem proveito próprio. O fundamento ético da teoria pode, pois, assentar em que a lei não deve permitir que alguém se sirva de seu direito exclusivamente para causar dano a outrem”.

Sílvio de Salvo Venosa³⁴ é enfático ao afirmar que a reprimenda do abuso de direito jamais careceu de expressa disciplina legal:

“A compreensão inicial do abuso de direito não se situa, nem deve situar-se, em textos de direito positivo. A noção é supra legal. Decorre da própria natureza das coisas e da condição humana. Extrapolar os limites de um direito em prejuízo do próximo merece reprimenda, em virtude de consistir em violação a princípios de finalidade da lei e da equidade. É inafastável, por outro lado, que a noção do abuso de direito se insira no conflito entre o interesse individual e o interesse coletivo.”

O abuso do direito processual caracteriza-se pelo desvio da finalidade do ato processual praticado, carregando o que Andressa Paula Senna³⁵ chamou de:

“Propósito anormal e malicioso que ultrapassa o limite da defesa dos interesses próprios passando a prejudicar a parte contrária e a própria confiabilidade da Justiça.”

Para a autora seria abusiva a demanda ajuizada:

“Simultaneamente a inúmeras outras ações idênticas, a fim de que a parte e seu procurador elejam o juízo mais tendencioso a prolatar sentença em sentido que lhes favoreça, a conduta denotará mau uso, uso excessivo do direito constitucional de ação, sendo a cada uma das demandas, vistas isoladamente, serão somente mera aparência de legalidade, já que essa pretensa legalidade não subsistiria quando a finalidade do ato processual fosse avaliada.”

³⁴ VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2003

³⁵ SENNA, Andressa Paula. O abuso de direito e a litigância de má-fé como impeditivos à marcha processual e ao resultado justo da prestação jurisdicional. Revista de Direito Privado, São Paulo, v.10, n. 40, out./dez.2009, pág.16.

Neste diapasão, esta prática abusiva se relaciona com uma conduta oportunista identificada no cotidiano forense. Tal conduta, a qual iremos expor, ganhou a denominação de “A Indústria do Dano Moral”.

A priori, a doutrina e a jurisprudência apontam para o fato de que o dano moral tolerado por qualquer indivíduo não se confunde com os meros transtornos inerentes ao cotidiano social, mas perturbações que possam ser mensuradas pelo senso comum do homem médio.

Contudo percebe-se que uma pequena parcela da sociedade tem se aproveitado com abuso desta situação, movendo a máquina do judiciário por razões puramente egoístas com ações indenizatórias de valores absurdos, não agindo com a devida ponderação que o caso em concreto exige.

O que se percebe é que muitas vezes um simples equívoco pode ser resolvido com uma boa conversa, ou seja, amigavelmente sem recorrer a instâncias extremas, evitando-se o acúmulo de ações no judiciário. Destarte, como preconiza a Carta Magna, nota-se que o advogado é essencial à administração da justiça e tem o poder-dever em suas mãos, devendo usá-los da maneira mais proba possível.

Ademais, deve-se exigir mais cautela do magistrado na hora da apuração da existência do dano moral como bem preleciona Flávio Tartuce³⁶:

“De qualquer forma, visando afastar o enriquecimento sem causa, dotando a responsabilidade civil de uma função social importante, entendemos que se deve considerar como regra a necessidade de prova, presumindo-se o dano moral em alguns casos.”

A indenização deve servir apenas como um paliativo para aquele que viu sua moral, sua consciência interior, seu autorrespeito violado por outrem de maneira vil, e causar no ofensor um desestímulo para a prática de futuras condutas ilícitas.

³⁶ TARTUCE, Flavio. Questões controvertidas quanto à reparação por danos morais. : Aspectos doutrinários e visão jurisprudencial.. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/8714-8713-1-PB.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Em nota, o STJ³⁷ emitiu informações referentes à elevação do número de demandas buscando indenização por dano moral:

“A dificuldade em estabelecer com exatidão a equivalência entre o dano e o ressarcimento se reflete na quantidade de processos que chegam ao STJ para debater o tema. Em 2008, foram 11.369 processos que, de alguma forma, debatiam dano moral. O número é crescente desde a década de 1990 e, nos últimos 10 anos, somaram-se 67 mil processos só no Tribunal Superior.”

Sendo assim, nota-se a necessidade de cautela quanto aos pedidos desta natureza, para que não venha a ser deturpada a função social que representa a responsabilidade civil por danos morais, tornando-se um comércio de indenizações, gerando assim enriquecimento sem justa causa.

Além do mais, cumpre frisar que não é qualquer dissabor, ou um mero aborrecimento normal do cotidiano, como, por exemplo, situações que gerem algum transtorno eventual e tolerável, que serão passíveis de indenização por dano moral, mas somente quando demonstrados os requisitos para sua caracterização, tais como a dor intensa, vexame ou humilhação que estejam além da normalidade, normalidade essa auferida com base no conceito de homem médio, evitando assim a saturação do judiciário com situações que em muitas das vezes se resolveriam com um acordo entre ambas as partes afetadas apenas, evitando, portanto o abarrotamento do Poder Judiciário.

³⁷ STJ, Coordenadoria de Editoria e Imprensa, 13/09/2009

2 - DESJUDICIALIZAÇÃO

Ao longo do século XX verificou-se grande processo de judicialização dos conflitos sociais. Seja pelo método convencional, seja pela ampliação do acesso à justiça e a consequente criação do microsistema dos Juizados Especiais Cíveis, fato é que o Poder Judiciário nunca fora tão demandado.

Sem mencionar os avanços concretos à cidadania e à dignidade humana proporcionados pela efetivação do acesso à justiça, o intenso processo de judicialização, aliado à cultura brasileira da litigiosidade, à ausência de difusão de outros métodos de resolução de conflitos e, principalmente, ao protagonismo exacerbado assumido pelo Poder Judiciário na tentativa de ordenar a “desordem selvática”³⁸ do Estado Social, contribuiu para a promoção da morosidade e ineficácia do sistema judicial.

O processo pode ser entendido como o instrumento tradicional pelo qual o Estado, através do juiz, mediante postulação das partes interessadas, intervém na solução de litígios, devendo ocorrer de maneira justa, célere e eficaz, propiciando ao postulante o tão almejado bem da vida.

Em determinados casos, contudo, a morosidade na entrega da prestação jurisdicional resultada na ineficiência estatal, gerando o consequente descrédito na Justiça brasileira, o que pode ser identificado como uma mazela pelos jurisdicionados. Muitas das vezes, a demora no pronunciamento judicial pode acarretar o perecimento do próprio direito, tornando inócua pretensão.

Essa crise no Judiciário, decorrente da consequente ampliação da morosidade da Justiça, é oriunda, significativamente, da forma precária da estrutura física e material do Poder Judiciário. Adiciona-se a isso o surgimento de uma realidade social com demandas novas, frutos dos tempos modernos e com novas questões que demandam soluções.

Como fruto dessa combinação inadequada de “necessidade” dos jurisdicionados e

³⁸ SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999

“oferta” precária do Poder Judiciário, cresce substancialmente a insatisfação social, uma vez que a prestação jurisdicional se mostra em dissonância com as expectativas sociais, causando frustração com a Justiça.

Pouquíssimos problemas nacionais possuem tanto consenso no tocante aos diagnósticos quanto à questão judiciária. A morosidade excessiva nos processos judiciais e a baixa eficácia das decisões acabam por retardar o desenvolvimento nacional, desestimulando investimentos e propiciando a inadimplência. Geram, per si, a impunidade e solapam a crença dos cidadãos no regime democrático.

Em que pese a demora na solução do litígio apresentar seus elementos nocivos, o princípio da celeridade processual deve ser observado com a devida cautela. Não se pode buscar uma celeridade a qualquer custo, sob pena de comprometimento do devido processo legal e, conseqüentemente, da prestação jurisdicional adequada, justa e eficaz. Nesse panorama, o notário e o registrador aparecem como fortes aliados do poder judiciário em busca da celeridade e eficiência estatal, principalmente naquelas hipóteses em que não há necessariamente um caso a ser julgado, mas apenas a formalização e a publicização de atos através do aparato estatal.

Os novos instrumentos de tutela de direitos, como, por exemplo, os meios alternativos de solução de conflitos, as ações coletivas, os juizados especiais, as novas figuras de tutela da urgência e a informatização são analisados sempre numa perspectiva construtiva e crítica, de evolução sem rupturas e de permanente busca do aperfeiçoamento e da melhoria da qualidade da administração da Justiça civil.

Problemas como o do custo e da duração excessiva do processo, bem como sua incapacidade para tutelar determinadas situações de direito substancial, todos ligados ao acesso à Justiça, têm levado à busca por meios alternativos de solução de conflitos, utilizando da estrutura e parcerias já existentes no país, como a da atividade cartorária extrajudicial. Daí o Estado tem se preocupado em fornecer meios alternativos de solução de disputas, direcionados a atender particularidades de determinadas situações litigiosas, abandonando o formalismo, aproximando-se do cidadão, buscando parceiros nessa luta incessável pelo acesso à justiça.

O processo de desjudicialização – composição e/ou regularização fora da esfera estatal – teve início na passagem do século XX para o século XXI. A primeira ideia foi implantada pela Lei nº. 9.307/96, que regularizou o instituto da arbitragem, procedimento já previsto como opção no Juizado Especial Cível caso não obtida a conciliação, embora de pouca utilização no microssistema do JEC.

De fato, todo o movimento com vistas a desjudicializar, desformalizar e desburocratizar, conjugando celeridade e presteza na composição de interesses e/ou conflitos trazem à baila a constatação de um sistema atual moroso e enfraquecido que deve, portanto, ceder espaço à tendência contemporânea de forma não a eliminar por completo os problemas da justiça mas, ao menos, viabilizar algumas soluções para os mesmos.

Assim, insta propagar a necessidade de desjudicializar determinados procedimentos que fogem à função basilar do Poder Judiciário, como o caso dos procedimentos de jurisdição voluntária, não consubstanciados no conflito.

Em que pese a distinção acadêmica das jurisdições “contenciosa” e “voluntária”, pende divergência acerca da atividade jurisdicional em relação a esta última. A doutrina aponta três correntes: a corrente administrativista, que afirma a inexistência de atividade jurisdicional em tais procedimentos³⁹ a corrente jurisdicionalista, que reforça a atividade jurisdicional do magistrado e; a corrente eclética, que concebe a atividade do magistrado na jurisdição graciosa diferente da administrativa e da jurisdicional.

Independentemente da predominância da corrente administrativista no direito brasileiro, no sentido do magistrado atuar na administração de interesses privados, é de se ressaltar a natureza desses interesses enquanto elementos de possível desjudicialização.

É comum tratar-se dos procedimentos de jurisdição voluntária como procedimentos sem lide, posto inexistirem direitos contrapostos, mas sim interesses comuns. E esse é um

³⁹ DESTEFENNI, Marcos. Manual de Processo Civil Individual e Coletivo. São Paulo: Saraiva, 2012.

fator relevante no processo de desburocratização de tais procedimentos, eis que existindo controvérsia entre os denominados interessados ou, ainda, existindo interesse público relevante que reclama a intervenção do Parquet, a composição extrajudicial desses interesses deve ser encaminhada ao magistrado, por tratar-se de função tipicamente jurisdicional, sem possibilidade de manejo particular.

O método de resolução do conflito, baseada na solução distributiva, apresenta opções meramente partilhadas, muitas vezes de forma insuficiente para contemplar os envolvidos no conflito, o que acaba por favorecer a disputa.

Os meios consensuais têm sido destacados como uma oportunidade, não apenas de desjudicializar conflitos, mas principalmente de permitir um ganho qualitativo na resolução desses, na medida em que autorizam soluções integrativas, benéficas para todos os envolvidos.

A tutela jurisdicional tradicional não é o único meio de conduzir as pessoas à ordem jurídica justa, eliminando conflitos e satisfazendo pretensões justas.

Daniel Assumpção⁴⁰ denomina os meios alternativos de solução de conflitos de equivalentes jurisdicionais, indicando quatro espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico pátrio: a autotutela, a autocomposição, a mediação e a arbitragem.

Segundo o autor, a autotutela é a forma mais antiga de solução de conflitos, constituindo-se pelo sacrifício integral do interesse de uma das partes envolvida no conflito em razão do exercício da força pela parte vencedora. Evidente que o uso da força não é o meio adequado para se solucionar um litígio ou se efetuar um direito, daí a autotutela é admitida pelo ordenamento de forma excepcional e pontual, como na legítima defesa, art. 188, inciso I, do Código Civil, apreensão do bem com penhor legal, art. 1.467, inciso I, do Código Civil, desforço imediato no esbulho, art. 1.210, § 1º, do Código Civil. A excepcionalidade se justifica sob o argumento de que o Estado não é onipresente, sendo impossível estar em todo lugar e a todo o momento para solucionar violações ou ameaças ao direito objetivo, de forma que, em determinadas situações, é mais interessante ao sistema jurídico, diante da ausência do

⁴⁰ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. v. único. 3. São Paulo: Método, 2011

Estado naquele momento, a solução pelo exercício da força de um dos envolvidos no conflito.

Vale lembrar que a autotutela é uma forma de equivalente jurisdicional que admite ser revista pelo Poder Judiciário. Essa forma de solução de conflito não recebe o atributo da definitividade.

Por sua vez, a autocomposição, sufragada no artigo 725, VIII e no §3º do art. 166 da Lei 13.105/15 - novo Código de Processo Civil -, é modo de solução alternativa de conflito que se funda no sacrifício integral ou parcial do interesse das partes envolvidas no conflito mediante a vontade unilateral ou bilateral de tais sujeitos.

Tem-se que a autocomposição é um gênero do qual são espécies a transação, a submissão e a renúncia. Na primeira, há um sacrifício recíproco de interesses, ou seja, cada parte irá se abdicar parcialmente de sua pretensão para que atinja a solução do conflito. Na renúncia e na submissão o exercício da vontade é unilateral, sendo que na renúncia o titular do pretenso direito simplesmente abdica de tal direito, fazendo-o desaparecer juntamente com o conflito gerado por sua ofensa, enquanto na submissão o sujeito se submete à pretensão contrária, ainda que fosse legítima sua resistência.

Nota-se ainda um incremento na autocomposição, em especial na transação. Nesse tocante, é imprescindível que se tenha exata noção de qual papel desempenham na autocomposição a negociação, a conciliação e a mediação.

A conciliação caracteriza-se por um acordo de vontades e segundo WARAT⁴¹:

“O conciliador exerce a função ‘negociador do litígio’, reduzindo a relação conflituosa a uma mercadoria. O termo de conciliação é um termo de cedência de um litigante a outro, encerrando-o. Mas, o conflito no relacionamento, na melhor das hipóteses, permanece inalterado, já que a tendência é a de agravar-se devido a uma conciliação que não expressou o encontro das partes com elas mesmas.”

Já a mediação tem-se por escopo um objetivo maior, que é a aproximação das partes. Não se busca meramente um resultado, mas que as partes se aproximem e o conflito seja

⁴¹ WARAT, Luís Alberto. O ofício do mediador, vol. I. Florianópolis, Habitus, 2001

resolvido integralmente, não apenas em relação ao resultado material. Conforme evidencia o autor: “o mediador tem a função de ajudar as partes a reconstruírem simbolicamente a relação conflituosa”, isto é, o mediador tem um papel muito mais ativo em relação à aproximação das partes, porém sem enfatizar tanto o enquadramento jurídico do conflito.

Essa maior intervenção do mediador faz com que alguns juristas entendam estar a mediação entre o patamar da conciliação – na qual o terceiro é praticamente não se envolve na questão – e da arbitragem – na qual a solução do conflito é totalmente entregue a um terceiro imparcial⁴².

Na negociação, as partes transacionam sem a intervenção de um terceiro. Tanto a conciliação quanto a mediação são formas pelas quais se busca concretamente a autocomposição, consubstanciadas na interferência de um terceiro entre as partes, que funcionará como intermediário entre eles. Veja que esses não têm poder de decidir o conflito, mas apenas de levar as partes a consenso. A fundamental diferença da conciliação para mediação é a postura do terceiro; na conciliação o terceiro oferece soluções fundadas no sacrifício recíproco das partes; na mediação, o terceiro não faz quaisquer propostas, apenas constrói um diálogo entre as partes, para que esses cheguem à solução do conflito.

Por fim, a arbitragem – outro instrumento de solução alternativa de conflitos - é fundada em dois elementos, quais sejam: as partes escolhem um terceiro que irá ser responsável pela solução do conflito; e, a decisão desse terceiro é impositiva à vontade das partes na solução do conflito. A arbitragem surge historicamente como um procedimento facultativo, que “posteriormente, transformou-se em forma compulsória de solução de litígios por intermédio do Estado, dando, com isso, origem ao processo”⁴³.

A arbitragem vista atualmente como meio alternativos de solução de conflitos, foi na realidade por muito tempo o próprio meio de resolução dos conflitos existentes, de modo que “a arbitragem foi, inicialmente, facultativa. Posteriormente transformou-se em forma compulsória de solução de litígios por intermédio do Estado, dando, com isso, origem ao

⁴² LAMY, Eduardo de Avelar; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Curso de Processo Civil: Teoria Geral do Processo, vol. I. Florianópolis, Conceito Editorial, 2010

⁴³ LAMY, Eduardo de Avelar; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Curso de Processo Civil: Teoria Geral do Processo, vol. I. Florianópolis, Conceito Editorial, 2010. p. 30

processo”⁴⁴.

Por sua vez, a arbitragem consiste em meio heterônomo de solução de controvérsias, no qual as partes elegem um terceiro imparcial ao conflito para que seja deflagrada uma solução ao caso. Segundo CARMONA⁴⁵, a arbitragem consiste em:

“Uma técnica para solução de controvérsias através da intervenção de uma ou mais pessoas que recebem seus poderes de uma convenção privada, decidindo com base nesta convenção, sem intervenção do Estado, sendo a decisão destinada a assumir eficácia de sentença judicial.”

Este instituto possui algumas características peculiares que o distingue das formas autocompositivas de soluções de controvérsias. Na arbitragem existe a ampla liberdade de contratação, ou seja, são as partes que decidem pela adoção do procedimento, bem como as regras que serão aplicadas para dirimir o conflito – sejam elas costumes ou o próprio direito vigente –, assim como a própria extensão deste.

Além disso, explica MORAIS⁴⁶ que:

“Pode ser usada em qualquer controvérsia que envolva direito patrimonial disponível [...] é considerada justiça de técnicos, onde uma vez atendidos os pressupostos da capacidade civil, poderão as partes escolher livremente os árbitros a quem confiem para que deem solução ao litígio”.

Este método também permite às partes uma solução mais econômica e eficaz, no sentido de maior celeridade, sendo que é possível a determinação de prazo para que se estabeleça a sentença arbitral com responsabilização do árbitro caso seja descumprido. Também é permitido que as partes optem pelo sigilo total do procedimento, contrariando o princípio da publicidade exigido no processo estatal.

Seguindo o mesmo rumo dos meios alternativos de resolução de conflitos, existem,

⁴⁴ LAMY, Eduardo de Avelar; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Curso de Processo Civil: Teoria Geral do Processo, vol. I. Florianópolis, Conceito Editorial, 2010. P. 30

⁴⁵ CARMONA, Carlos Alberto. A arbitragem no processo civil brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1993. P. 19

⁴⁶ MORAIS, Jose Luis Bolzan de. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição! Porto Alegre, Livraria do Advogado: 2009.

hoje, vários outros mecanismos que servem como colaboradores à justiça, vários institutos já hoje foram desjudicializados, e essa é a tendência moderna.

Pode-se citar, a título de exemplo, a Lei 11.441/07, que atribuiu aos cartórios de notas a lavratura de escritura de inventário, partilha, separação e divórcio, e a Lei 8.560/92, que determina que o oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais dê início à investigação de paternidade sempre que, nos registros, houver somente a maternidade estabelecida e houver alegação de paternidade pela mãe - Procedimento do “suposto pai”.

A idéia da desjudicialização parte da premissa de que o Judiciário e seus serviços devam ser reservados para assuntos jurídicos e socialmente complexos e relevantes. Pretende-se, dessa forma, alargar os caminhos do acesso ao Direito e à Justiça, colocando à disponibilidade dos cidadãos meios mais acessíveis para resolução de seus litígios.

Como se vê, a parceria entre o Judiciário e os cartórios é apta a ser solução para o descompasso em que está mergulhado o Judiciário brasileiro. Primeiro, porque ajuda a diminuir a demanda no Judiciário, já que incontáveis processos estão deixando de ingressar nele. Segundo, porque aproveita estrutura e pessoal já consolidados em um sistema, evitando-se, assim, gastos elevadíssimos para o orçamento público, ao reconhecer o papel das serventias extrajudiciais como parceiras do Judiciário e da população, o Brasil está economizando recursos públicos e utilizando o potencial da formação jurídica desses profissionais. Terceiro porque reserva a atuação de juízes e servidores às ações mais complexas.

3 - PERFIL LITIGIOSO

O judiciário brasileiro, como já explanado neste trabalho, é frequentemente acionado. Nesta parte que vem a seguir iremos aplicar alguns conceitos já esmiuçados ao decorrer do texto. Utilizaremos a tese da “complexidade da sociedade contemporânea”, por meio de dados de concentração populacional, com a finalidade de ilustrar os números extraídos nesta pesquisa. Será trazido e aclarado aqui, de que forma a má-fé e o abuso do direito processual está ligado com os assuntos nos quais se litigam mais frequentemente.

Outrossim, a presente pesquisa irá explicar a litigiosidade nos tribunais estaduais ao longo de todo o Brasil, com o uso de informações acerca da renda média familiar dos grupos populacionais estudados, da qualidade de ensino, da média de idade, do grau de desigualdade social, entre outros. Busca-se traduzir a pluralidade encontrada ao redor do país na forma pela qual as demandas judiciais de originam.

Após pesquisas minuciosas e cruzamento de dados foi possível, através dos números, entender padrões e perfis da litigiosidade ao longo do território brasileiro. Primeiramente, cabe trazer um entendimento do Brasil como um todo, para assim entender e comparar melhor as ideias extraídas do Brasil regionalizado.

De pronto, cabe salientar que o Brasil, como um todo, apresenta um índice de IDH de 0,69 (de no máximo 1,0), além de um coeficiente GINI (medidor de desigualdade social) de 0,491 (quanto mais próximo do “0”, menos desigual). Embora o IDH vem aumentando e o coeficiente GINI diminuindo, temos um padrão muito baixo, considerando os índices dos países mais desenvolvidos.

De acordo com os dois últimos censos do IBGE, o Brasil obteve um crescimento demográfico geral de 1,1%. Cruzando os dados fornecidos pelo CNJ, através do programa “Justiça em Números”, percebemos que nos últimos 6 anos houve um crescimento novas ações cíveis de 52%, fato pelo qual fez o ano de 2016 ter um índice de 0,05 ações por habitantes, ou seja, em 2016 5% dos brasileiros entraram com uma ação cível.

No ultimo censo os dados populacionais por idade apresentaram um quadro de baixo envelhecimento da população brasileira, conforme o quadro 1.1. Esses números externam um

conceito de que o Brasil têm uma população jovem. Essa baixa média de idade pode contribuir para o crescimento de litigiosidade no país. Quanto mais jovem é a população, mas esse núcleo social está propenso a conflitos.

Realizando um mapeamento da litigiosidade ao longo do território nacional percebemos que obrigações contratuais são os maiores objetos litigados. Segundo o CNJ, dos três maiores objetos de ações impetradas em 2016, dois são acerca de obrigações contratuais. O assunto mais acionado foi o de Obrigações de Fazer em contratos, o que pode ser fruto da baixa qualidade na prestação de serviços, por outro lado, o segundo lugar versa acerca de Obrigação de Indenizar em Danos morais sobre contratos realizados, ou seja, esse segundo lugar pode

ser nada mais que uma consequência do primeiro, bem como, uma soma da primeira colocação relacionada com elementos subjetivos, tal como: a má-fé, indústria do dano moral, etc. Completando o ranking, temos ações referentes à dívida ativa.



3.1- REGIÃO NORTE

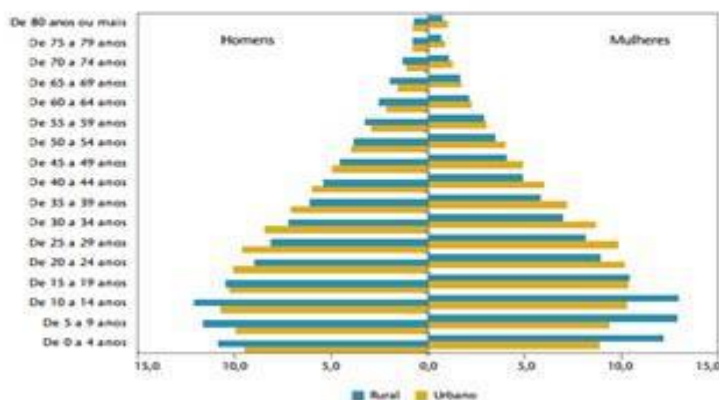
Feito o mapeamento geral do Brasil, passemos a analisar as cinco regiões do território brasileiro. Inicialmente cabe detalharmos o norte do país. A região norte apresenta números sociais próximos à média nacional. De acordo com o índice de Gini, divulgado pelo PNAD 2015 (Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios), a região apresenta um cenário menos desigual em relação ao índice médio do país inteiro, os números mostram uma diferença de 0,018 pontos. Contudo, o norte do país apresenta uma média de renda familiar per capita muito menor do que a média nacional; cerca de R\$ 380,00 a menos.

A região em referência apresentou, de 2010 a 2016, um aumento de 106% de entrada de demandas cíveis, o que representa mais que o dobro do aumento médio nacional (as demandas cíveis no Brasil cresceram 52% de 2010 a 2016). Por outro lado, a densidade

demográfica desta região cresceu 2,38% entre os últimos dois censos do IBGE, número no qual equivale ao dobro do crescimento denso-demográfico médio do país.

Quadro 1.2

Composição da população urbana e rural, por sexo e grupos de idade, Região Norte - 2010



A pirâmide etária média dos cinco estados do Norte se assemelha com a média do resto do país. Contudo, a expectativa de vida da região é a menor dentre todas as regiões do país, qual seja, 72 anos. De fato, temos também, uma população jovem (conforme quadro 1.2) se relacionando de forma mais concentrada, considerando o

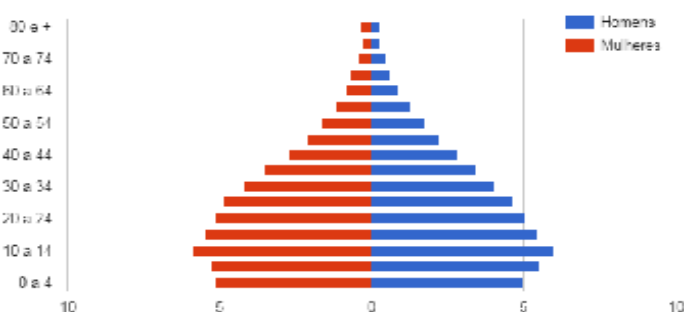
índice de crescimento denso-demográfico. Portanto, o fato de termos uma população jovem e com relações aproximadas, pode ser a justificativa para o aumento exacerbado do quantum litigioso em um período tão curto.

Da região Norte cabe destacar dois estados: Amapá e Roraima. Ambos os estados apontaram números ainda mais exorbitantes do que a região na qual pertencem.

3.1.1- Amapá

O estado do Amapá apresenta uma renda média familiar per capita inferior à média nacional, mas superior à média regional, apontando o valor de R\$ 881,00. De acordo com o censo do IBGE de 2010, o Amapá evidenciou, em relação ao censo de 2000, um percentual de crescimento de densidade demográfica de 3,4.

Quadro 1.3



A população do Amapá é jovem, assim como a população da região Norte, bem como do resto do país (embora tenha uma expectativa de vida

maior do que a da região na qual está contida). Além disso, cabe destacar que a taxa da fecundidade deste estado é de 2,5 filhos por mulher. Embora este índice venha diminuindo ao longo das décadas, ainda consiste em uma média elevada. Tal média contribui para o rejuvenescimento da população deste estado, bem como evidencia o quadro 1.3.

De 2010 a 2016 as entradas de demandas cíveis apresentaram um aumento de 207%, fato pelo qual fez com que as entradas de 2016 representasse 0,06 demandas por habitantes, ou seja, naquele ano 6% da população daquele estado impetrou uma ação judicial cível.

Quadro 1.4

Obrigações/Espécies de Contratos	14635
Família/Alimentos	8857
Contratos de Consumo/Bancários	6977
Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	4939
Família/Relações de Parentesco	3357

Conforma já externado nos parágrafos anteriores, a população do Amapá é jovem e vive de forma concentrada. Diante disto podemos mapear o perfil litigioso desta localidade. Dos cinco assuntos mais demandados, todos eles versam acerca de contratos ou família, conforme quadro 1.4. Conforme os dados sócio populacionais podemos atrelar o quantum de demandas que versam sobre contratos ao fato de termos uma população muito concentrada e jovem, com a renda média bruta maior do a média regional, o que propicia a geração de conflitos deste gênero. Considerando ainda os dados sociais, o fato de o estado do amapá apresentar uma das maiores taxas de natalidade do território brasileiro, explicaria o número exacerbado de ações de família.

3.1.2- Roraima

O estado de Roraima se destaca na região, pois dentre os estados do Norte obteve um aumento denso-demográfico – considerando os dois últimos censos – de 3,4 %, assim como o estado destacado anteriormente. Embora o crescimento de densidade demográfica deste estado ser igual ao do Amapá (ambos os estados apresentaram o maior aumento deste índice), a quantidade de demandas judiciais cíveis geradas no ano de 2016 equivalem a alarmantes 406% das demandas impetradas no anos de 2010. Diante deste cenário, observa-se que no ano passado o racional realizado entre novas ações e população geral desta localidade, resultou no

indicador de 0,07 ações por habitantes, ou seja, de toda população de Roraima, 7% entrou com alguma demanda judicial cível.

Segundo dados do IBGE o estado em evidência possui a maior média de renda familiar per capita de toda região Norte, o que leva a crer que os habitantes deste estado tenha poder aquisitivo razoável, considerando o parâmetro nacional. Contudo, embora apresente uma média de renda per capita alta, o coeficiente de GINI deste estado é de 0,502, evidenciando que Roraima tem em seu território um cenário de desigualdade ainda maior do que a região como um todo, bem como do país inteiro, o que leva a crer que essa alta média de renda se vale pela concentração monetária na mão de uma pequena parcela da população estadual.

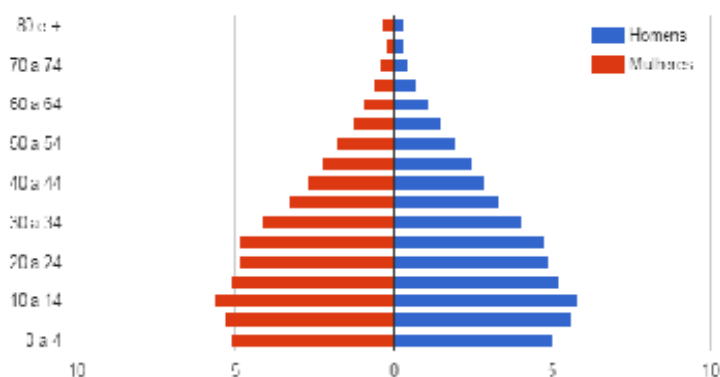
Quadro 1.5

Obrigações/Espécies de Contratos	16.134
Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	10.068
Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigações de Fazer / Não Fazer	4.733

De acordo com o relatório “Justiça em Números” divulgado pelo CNJ em 2016, das ações impetradas neste ano, os dois assuntos mais demandados (com quantum de ações muito superior das demais) versam acerca de obrigações inerentes a contratos e

obrigação de indenizar em danos morais, de modo em que, completando o ranking, ação de execução de obrigação de fazer venha em terceiro lugar. Esse assunto no qual se vê em terceiro daqueles mais demandados, pode ser uma consequência da primeira colocação, ou seja, ações de obrigações contratuais, quando não cumpridas as sentenças, podem gerar futuras ações de execução.

Quadro 1.6



Assim como já externado nos tópicos anteriores, o estado de Roraima mantém o padrão de pirâmide etária. Seguindo a média nacional, bem como da

região na qual está inserida, encontramos uma população muito jovem também nessa localidade (conforme quadro 1.6), contudo, conforme afirma dados do IBGE, a expectativa de vida deste estado está abaixo da média regional e nacional, o que pode qualificar uma população ainda mais jovem que a média.

3.2- REGIÃO NORDESTE

Continuando o mapeamento por regiões, seguimos para a região Nordeste. Nesta região percebemos que houve um índice de crescimento demográfico inferior em relação à média Brasil e da região tratada anteriormente. Como 0,62 % de crescimento denso demográfico, de acordo com os dois últimos censos do IBGE, o nordeste apresentou um crescimento médio de 84% nas novas entradas de demandas cíveis. Tal crescimento é considerado alto, considerando a média brasileira e considerando também o baixo índice de crescimento da concentração demográfica na região. Contudo, como veremos adiante, esse indicativo pode ser explicado pelos números exagerados de um estado específico.



Considerando e comparando o escopo piramidal da região nordeste (quadro 1.7) com a da região vizinha (conforme quadro 1.2), observamos que a primeira região apresenta uma população mais velha que a da segunda. Este fato pode fazer com que,

mesmo com a região nordeste apresentando um quadro incomum relativa a um estado específico, seus números processuais são inferiores.

3.2.1- Piauí

Dentre a região nordeste tivemos quatro estados nos quais observamos aumento de

demandas cíveis superiores a 100% nos últimos seis anos, são eles: Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Contudo, cabe aqui destacarmos um destes estados. O estado do Piauí apresentou um crescimento de novas demandas cíveis de exorbitantes 1249%, ou seja, de 2010 até 2016 a quantidade de novas entradas de processos do âmbito civil aumentou quase que 12,5 vezes. Esses números fogem e muito do padrão da região, bem como do Brasil. Os indicativos são tão altos que o segundo estado no qual mais se observou aumento das demandas, qual seja, o Maranhão, apresentou crescimento de 165%, ou seja, mais de mil por cento a menos.



Conforme observamos no quadro 1.8, a pirâmide etária do estado do Piauí é muito semelhante à pirâmide da região na qual está inserida, ou seja, assim como a população média do nordeste, a população do estado do Piauí é um pouco mais velha, em relação a região norte, por exemplo. O fato de não ter uma população média muito jovem, vai de contra aos números apresentados.

Contudo, em apuração aos dados sociais fornecidos pelo IBGE, constatamos que o estado do Piauí contém uma das populações mais desiguais do território nacional. Em



consonância com o índice de GINI divulgado pelo IBGE no ano de 2013, notamos que o referido estado apresentou índice de 0,610 (quanto mais próximo ao 1 mais desigual), o qual é muito inferior aos índices do nordeste e do Brasil (0,498 e 0,491, respectivamente).

O cenário desigual e a baixa renda familiar média per capita (R\$ 747,00) podem ser fatores influenciadores do aumento de pleitos judiciais cíveis.

Em consonância com o quadro 1.9, notamos que, considerando o quantitativo total das demandas estaduais, os dez assuntos mais demandados são da esfera cível. Desses dez, dois dos três primeiros versam acerca de obrigações oriundas de contratos, completando o pódio temos demandas acerca de medidas de urgência. Diante deste quadro podemos ligar o fato de esta região conter um forte cenário de desigualdade social e baixa renda, com a busca da tutela jurisdicional do Estado, a fim de garantir a execução de contratos e serviços.

3.3- CENTRO-OESTE

Continuando o mapeamento das regiões, seguimos para a região Centro-Oeste. Em consonância com os dados fornecidos através do censo 2010 realizado pelo IBGE, identificamos que a região teve um aumento denso-demográfico médio muito alto, ficando atrás somente da região norte. Conforme se extrai do trabalho realizado pelo CNJ (Justiça em Números) a região apresenta uma média de aumento de entradas, entre os anos de 2010 e 2016, também elevada, chegando a ser o maior aumento dentre as cinco regiões do Brasil. Embora apresente esse quadro de aumento exacerbado de causas processuais, a região apresenta um baixo índice de ações por habitantes. Considerando a população do Centro-Oeste brasileiro em 2016 e as entradas judiciais cíveis deste mesmo ano, temos uma média de 0,0145 ações por habitantes, ou seja, de toda população da região, apenas 1,5% demandaram naquele ano, o que está bem abaixo da média nacional (0,05 ações por habitantes).

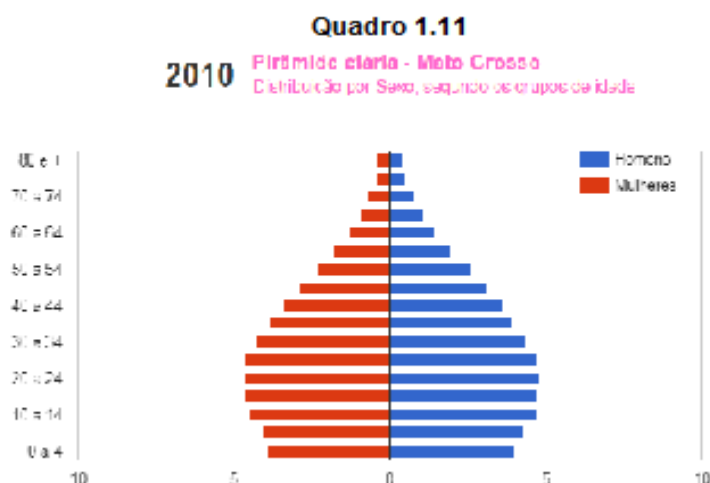


O escopo piramidal da região evidencia que, ao contrário da média brasileira, o Centro-Oeste contém uma população mais envelhecida, o que de certa forma justificaria a baixa média de ações por habitantes exposta no parágrafo acima. Contudo, diverge do fato de este localidade apresentar um

alto crescimento geração de conflitos processuais. Porém, detalhando tal estudo pelos estados

regionais, podemos destacar que uma localidade em especial apresentou um comportamento processual diferente das demais, assim como na região Norte (tópico 1.2).

3.3.1- Mato Grosso



Os dados referentes ao estado do Mato Grosso destoam dos demais estados da região na qual se inclui. De acordo com os números extraídos do “Justiça em Números” fornecido pelo CNJ, o estado mato-grossense apresentou nos últimos 6 anos um “boom” de novas entradas no racional de 479,4%. Embora, conforme o quadro 1.11 evidencia, a

população do Mato Grosso seja envelhecida, assim como a da média regional, esse mesmo Estado também apresenta um índice de GINI alto. Segundo o IBGE, a taxa que mede a desigualdade no Brasil (varia de 0 a 1) relativa ao Mato Grosso atinge, atualmente, o quantum de 0,550, muito superior ao índice regional (0,498) e ao nacional (0,491). O alto índice de desigualdade se acentua com o fato de o citado estado apresentar uma renda média familiar per capita de R\$ 1.139,00, o que pode ser considerada alta ao compararmos com a media nacional (R\$ 1.226,00) e a média das regiões vizinhas, ou seja, o nível de desigualdade em conjunto com a alta média pode significar que a renda é muito mal distribuída.

Quadro 1.12

1	Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	216.423
2	Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	74.664
3	Responsabilidade do Fornecedor	32.376

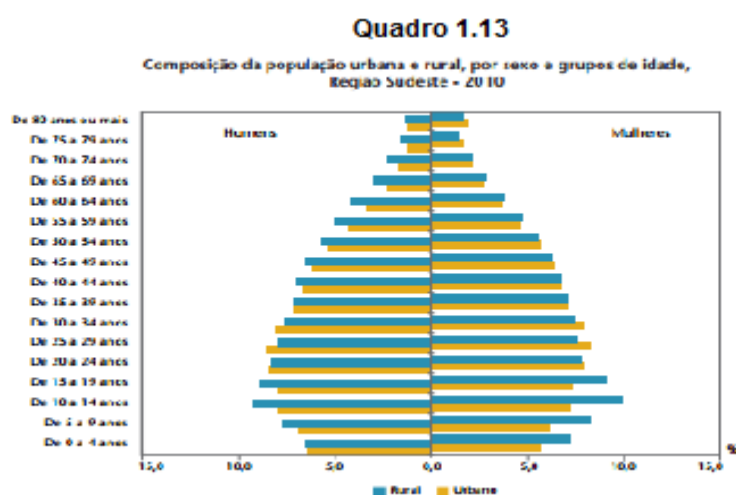
Ao observarmos os assuntos mais recorrentes nos tribunais cíveis do estado, conforme quadro 1.12, notamos que os três primeiros assuntos

versam praticamente da mesma matéria. Esta coincidência pode significar um padrão de causa no qual os demandantes buscariam a tutela jurisdicional estadual a fim de tentar reparo indenizatório, o que pode ser consequência de uma sociedade injusta e desigual.

3.4- SUDESTE

Percorrendo o mapa, faremos uma parada na região Sudeste do Brasil. Tal região já apresenta um cenário diferente das três anteriores. Embora apresente um crescimento de concentração populacional razoavelmente alto (maior inclusive que o Nordeste), o aumento de demanda – nos parâmetros das regiões acima – é menor. O crescimento denso-demográfico do sudeste é quase o mesmo da média nacional (1,04% e 1,1%, respectivamente), enquanto de 2010 para 2016, houve uma evolução de casos novos de somente 42%, abaixo apenas da média da região sul.

Ao analisar esta região percebemos que quanto mais se aproxima ao extremo sul do país, mais muda o cenário social. Os números indicam que a população da região sudeste



apresenta um índice de GINI inferior ao da média do país (0,478 e 0,491, respectivamente). A divisão etária da população é mais equilibrada, ou seja, a base da pirâmide não é tão maior do que o topo da mesma. Portanto, uma população pouco concentrada, menos desigual e mais

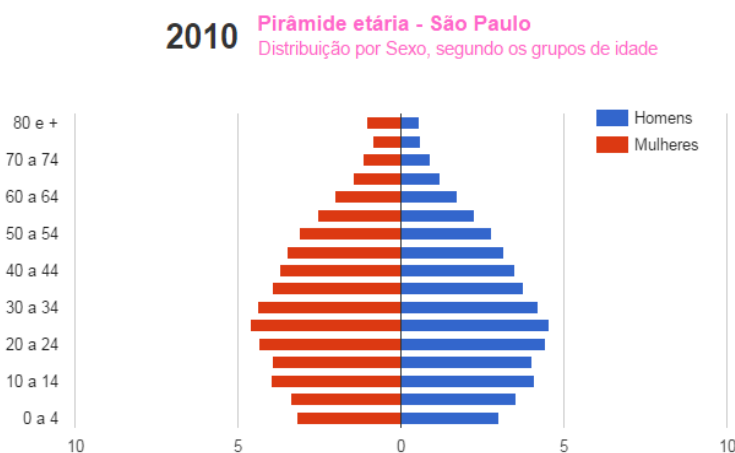
envelhecida pode estar menos propensa a conflitar entre si.

3.4.1- Rio – São Paulo

No tocante à região sudeste, cabe destacar e evidenciar a região metropolitana composta pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Estes dois estados são as maiores potências econômicas da região e certamente do país também. Contudo, no tocante às demandas processuais e desenvolvimento social, temos uma diferença marcante entre elas.

São Paulo, com o poderio econômico de escala continental apresentou um incremento denso demográfico de 1,05%, o que, tratando-se de um estado com mais de 40 milhões de habitantes (44.749.699 conforme projeção do ultimo censo para 2016). Tal crescimento é considerável, contudo, o TJSP sofreu queda de novas demandas judiciais entre os anos de 2010 e 2016. O recuo fora de 0,68%, uma redução baixa, é verdade, mas o fato de uma localidade observar um aumento de concentração populacional considerável e não observar-se nenhum crescimento de origem de causas processuais é algo a se destacar.

Quadro 1.14



A população paulista, em consonância com o exposto no quadro 1.14, é mais envelhecida. Além disso, o estado de São Paulo indica um coeficiente GINI de 0,460, ou seja, menor que o da região sudeste e o da média brasileira (0,478 e 0,491, respectivamente). Uma população

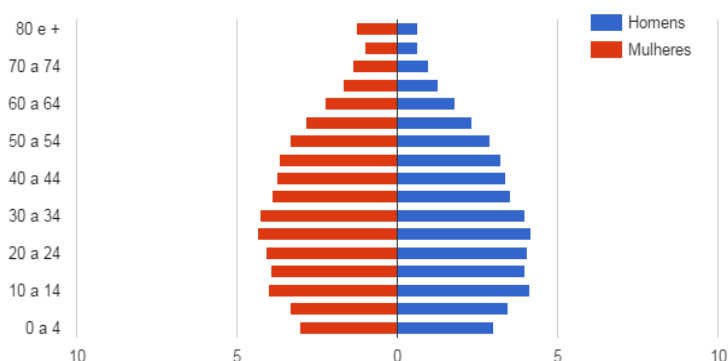
menos jovem e pouco desigual pode explicar o baixo quantum demandatório observado pelo tribunal paulista. Embora no ano de 2016 sistema judiciário de São Paulo tenha sofrido a entrada de 2.017.488 processos cíveis, considerando o número de habitantes desta localidade, esse número resulta em um racional de 0,045 demandas por habitantes, inferior à média nacional.

Dando continuidade ao “duelo” chegamos ao Rio de Janeiro. O estado fluminense, de potencial econômico de desenvolvimento abaixo do vizinho São Paulo, revela um aumento de concentração populacional semelhante com a do estado paulista (0,05% menor, na verdade),

contudo, o TJRJ enxergou um aumento de 145,8% nas novas entradas, em relação aos últimos seis anos.

Como exemplo da região da qual se insere e do estado acima exposto, a população fluminense é mais envelhecida. Embora não seja tão jovem quanto os estados nos quais apresentaram aumento considerável na geração das demandas processuais cíveis, o estado do Rio de Janeiro é dono de um índice de GINI alto. O estado fluminense tem como coeficiente

2010 Pirâmide etária - Rio de Janeiro
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade



medidor de desigualdade, o quantum de 0,503, ou seja, maior que a média Brasil, que o sudeste e também o estado de São Paulo. Esses dados podem explicar porque que em 2016 o Tribunal do Estado do Rio de Janeiro registrou 1.252.492 novas entradas, o equivale a 0,075 demandas por habitantes, ou seja, em

2016 7,5% do estado do Rio de Janeiro impetrou uma ação cível.

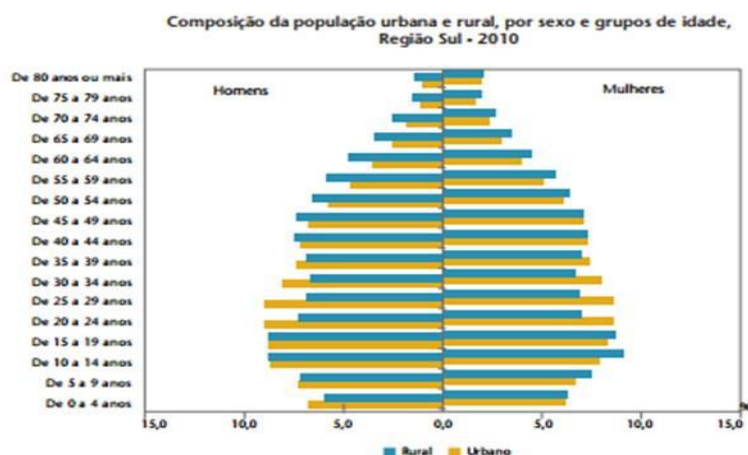
Quadro 1.16

1	Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	659.739
2	Dívida Ativa	560.448
3	Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	220.055

Destaca-se que dos três assuntos mais acionados, dois deles versam acerca de responsabilidade de indenização por danos morais. Oportuno salientar também que o primeiro assunto versa acerca de indenização sobre fornecedores de serviços, o que pode caracterizar uma falha prestação de serviços, atrelada a uma prática oportunista identificada por litigantes contumazes.

3.5- SUL

Quadro 1.15



A região Sul do país protagoniza o menor aumento de novas demandas processuais de todo o país. Embora apresente um crescimento de densidade demográfica de 0,97%, em relação aos dois últimos censos do IBGE, de 2010 a 2016 percebeu-se uma elevação do quantum demandatório de somente 15%. Com o menor índice de GINI de todas as regiões

do país, qual seja: 0,450, o Sul do Brasil tem os estados mais igualitários de todo o território brasileiro.

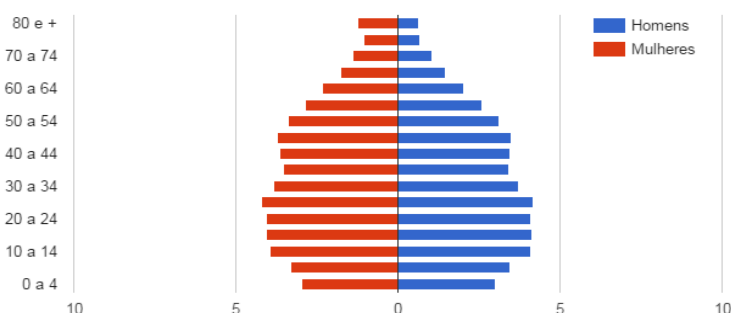
Seguindo o padrão evidenciado no tópico anterior, quanto mais ao sul, a tendência é de encontrarmos uma população mais envelhecida, e é o que vemos no quadro 1.16. Portanto, seguindo a tendência deste estudo, quanto mais velha a população, menos propensa a conflitos ela estaria.

3.5.1- Rio Grande do Sul

O estado do Rio Grande do Sul, dentre todos os outros estados do país foi o que mais apresentou redução. Apesar de ter apresentado redução de 13,1% entre os anos de 2010 e 2016, o estado em questão observa um racional de 0,065 ações por habitantes, ou seja, em 2016 o estado percebeu que neste último ano 6,5% dos habitantes da região gaúcha impetraram com uma ação judicial.

Quadro 1.16

2010 Pirâmide etária - Rio Grande do Sul
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

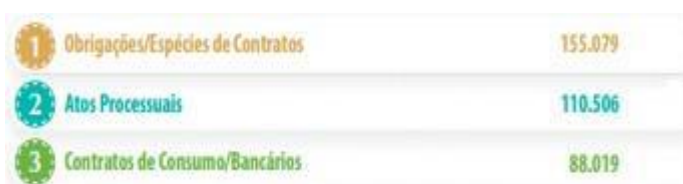


Embora dono de um IDHM alto e índice de GINI consideravelmente baixo (0,460) e, conforme quadro 1.16, ter uma população mais homogênea e

envelhecida, o Rio Grande do Sul se deparou com o fenômeno da “Litigiosidade Exacerbada”.

Observado esse fenômeno, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o TJRS, iniciou um trabalho conjunto na tentativa de reduzir o número de novas ações. A ação começou com atuações na área da saúde, o que reduziu em 80% as demandas relativas a este assunto. O “Termo de Cooperação Técnica para Fomentar o Uso da Ação de Planejamento e de Gestão Sistêmico”, como fora originalmente chamado, consistiu em um plano de ação do governo que, em 2015, se comprometeu a atuar na área de saúde, a fim de executar a garantia constitucional de acesso à saúde. O sucesso desse primeiro trabalho levou, em 2016, à tentativa de espalhar a atuação para os demais assuntos.

Quadro 1.17



1	Obrigações/Espécies de Contratos	155.079
2	Atos Processuais	110.506
3	Contratos de Consumo/Bancários	88.019

Tal plano de ação já pode ser ilustrada através da separação das ações por assuntos demandados. Ao contrário

dos outros tribunais nos quais apresentam um racional demandas/habitantes alto, o TJRS recebe ações de forma harmônica, ou seja, nenhum assunto se destaca perante os outros.

CONCLUSÃO

De início, no que diz respeito à cultura do conflito e da litigância, reafirma-se a positividade e o caráter de distorção social da segunda. Sendo assim, o fomento da prática demandista inconsequente dificulta a adoção de uma cultura de paz, dado o depósito das expectativas unicamente na sentença.

As soluções de controvérsias, em sua acepção ampla, são utilizadas pelas civilizações desde o início dos tempos. Com menores ou maiores tecnologias, elas foram desenvolvidas e os resquícios de seu princípio perduram até os dias atuais nos referidos institutos.

A sociedade evolui de forma acelerada, além da capacidade que o espaço geográfico territorial suporta, o que resulta em grupos sociais dinâmicos e complexos. Esta complexidade resulta em conflitos entre os particulares e com o Estado.

Com o presente trabalho é possível concluir que o acesso à justiça é primordial para a plenitude do Estado Democrático de Direito. Contudo, com políticas garantidoras desenfreadas, a busca pelo acesso pode gerar uma carga exacerbada para a máquina judiciária e inspirar práticas maliciosas contra os tribunais de justiça.

São de diversas ordens os problemas enfrentados pelo Judiciário, ensejando uma verdadeira crise, reflexo do excesso de formalismo, da falta de recursos materiais e humanos, da insuficiência para lidar com casos complexos e do distanciamento e frieza entre os operadores do direito e as partes.

Transmutar o tratamento dos conflitos de uma mera resposta sentencial ou como objeto de campanhas sazonais de conciliação para uma massiva, capitaneada solidariamente pelo Poder Executivo e Legislativo, com incursões em escolas, instituições de ensino superior, mídia, campanhas explicativas que valorizem a autocomposição e o diálogo. Em segundo lugar, pode-se afirmar que as origens da cultura de litigância são de natureza multifatorial. Implicam num estudo de desenvolvimento sócio-econômico de determinada sociedade em momento histórico definido, os níveis de credibilidade que os Tribunais gozam no consciente coletivo e como os conflitos são tratados pelo Estado a depender do modelo que se estabeleça, ou seja, Liberal, Social ou Neoliberal. Na mesma esteira, a explosão legislativa e a violação das regras pelos jurisdicionados refletem um descrédito de eficácia social das

normas e autorizam o nascimento de mais litígios no seio judicial. Abordou-se o papel do juiz e dos advogados no processo de revisão cultural da litigiosidade.

Outrossim se mostrou, o abuso do direito processual pode ser encontrado em todos os campos do direito processual, como no processo de conhecimento, no processo de execução e no processo cautelar e, em cada estágio procedimental deste, há um campo de atuação que pode ser desrespeitado.

A relevância da disciplina do abuso do direito processual não decorre somente do prejuízo trazido à outra parte da demanda, mas abarca também uma ofensa à dignidade da justiça. Ademais, quando o prejuízo afeta a outra parte da lide não decorre necessariamente a configuração de um prejuízo econômico, sendo que em muitos dos casos de abuso do direito ocorre a responsabilização com providências judiciais tomadas ao longo da lide.

No tocante ao judiciário, o aumento das demandas é expresso. Os magistrados possuem uma carga excessiva de trabalho, não conseguindo vencer o elevado número de processos. Como demonstram os gráficos expostos nesta monografia, os índices dos processos baixados são inferiores aos índices das novas lides que adentram, bem como daquelas que já estão no judiciário pendentes de julgamento. Dessa maneira, o sistema se torna uma “bola de neve”, acumulando cada vez mais processos, e, conseqüentemente resultando em resoluções de conflitos cada vez mais demoradas.

No entanto, na conjuntura da Constituinte de 1988, o acesso à Justiça tornou-se um princípio constitucional, e as instituições jurídicas estatais, conseguiram ampliar a sua legitimidade ao serem reconhecidas como instituições essenciais à Justiça pela Carta constitucional e, desse modo, desvinculando-se do Estado autoritário do qual estiveram sob controle. Com a efetivação legal do acesso à Justiça e o crescimento do papel das instituições jurídicas, a cidadania deixa de ser uma mera abstração teórica, tornando-se, assim, materializada pelos canais de representação do direito. A cidadania deixa de ser exclusiva aos cidadãos “doutores”, na medida em que abrange, também, os interesses dos cidadãos tidos como “simples” ou “elementos”.

Neste diapasão, insta salientar que o Brasil, pela sua extensão continental, é possuidor

de uma sociedade diversa e plural. Esta pluralidade encontrada na sociedade brasileira, reflete na forma pela qual os indivíduos litigam. Percebemos que estados e macrorregiões nas quais possuem uma sociedade mais jovem e mais desigual, tendem a obter um quantum de litigiosidade superior daqueles que são possuidores de uma sociedade mais velha e mais igualitária.

É preciso que o Estado garanta a tutela do direito de ação para seus indivíduos. Contudo, há de se pensar em uma maneira na qual se garantam esses direitos de forma mais eficiente e célere. A desjudicialização representa um avanço na resolução de conflitos e contribui significativamente para desafogar o Poder Judiciário, liberando-o para cumprir adequadamente o seu mister, nas demandas que forem levadas à sua apreciação, além de se traduzir em uma nova forma de acesso à Justiça. O trabalho em epígrafe enumera e esmiúça meios alternativos nos quais já estão em funcionamento e apresenta outros meios nos quais precisam de estímulos, para que a justiça seja mais acessível e célere, bem como menos atrativa para quem age de má fé.

Como se vê, há uma necessidade urgente dos tempos atuais se adaptarem à demanda de trabalho e para tanto não se deve haver mais “preconceito” ao retirar a carapaça de formalismos e abraçar um sistema em que tanto juízes, quanto advogados evitam o máximo possível as soluções através do judiciário e tentam correr para a solução extrajudicial, deixando para trás o formalismo excessivo.

É necessário que a sociedade seja informada sobre estes meios alternativos, através de propagandas, palestras, aulas em escolas públicas e privadas, a fim de conduzi-la a utilização destas formas na resolução de seus conflitos. Além de incluídas no cotidiano da sociedade, devem ser também incluídas na formação dos operadores do direito. Para impregnar as futuras gerações do entendimento de que os meios alternativos existem e de que cumprem sua finalidade, isto é, de que pacificam litígios.

Diante do exposto, conclui-se que, cabe ao governo e as instituições privadas de mediação, conciliação e arbitragem incentivar a utilização destes meios, para que os litígios sejam resolvidos fora do Poder Judiciário. Assim, o número de demandas tramitando no

Poder Judiciário irá diminuir e, por sua vez, a sociedade será beneficiada, tendo com facilidade acesso à justiça. Será beneficiada, ainda, pois na mediação, na conciliação e na arbitragem as partes não estão em posições antagônicas, mas estão lado a lado, cooperando para que seja alcançada a melhor solução para o conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REALE, Miguel. Teoria Tridimensional Do Direito. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005;

WATANABE, Kazuo. Controle Jurisdicional E Mandado De Segurança Contra Atos Judiciais. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 1980;

GERAIGE NETO, Zaiden. O Princípio Da Inafastabilidade Do Controle Jurisdicional: Art. 5º, Inciso Xxxv, Da Constituição Federal. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2003;

DIDIER JR., Fredie. Curso De Direito Processual Civil. V. 1. 14. Ed. Salvador: Jus Podivm. 2012;

BEDAQUE, José Roberto Dos Santos. Poderes Instrutórios Do Juiz. 7. Ed. Rev. Atual. E Ampl. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2013;

DINAMARCO, Cândido Rangel. A Reforma Do Código De Processo Civil. 5. Ed. Rev. Ampl. E Atual. São Paulo: Malheiros, 2001;

REALE, Miguel. Filosofia Do Direito. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 1986;

OLIVEIRA, Bruno Silveira De. Os Princípios Constitucionais, A Instrumentalidade Do Processo E A Técnica Processual. Revista De Processo, São Paulo, Ano 32, N 146;

CAMBI, Eduardo. Direito Constitucional À Prova No Processo Civil. São Paulo: Rt, 2001;

CÂMARA, Alexandre Freitas. Princípio Da Correlação Entre Demanda E Sentença No Direito Processual Civil. Revista Dialética De Direito Processual. São Paulo, Nº 44, Nov./2006;

GRECO, Leonardo. Instituições De Processo Civil. V. 1. 2. Ed. Rio De Janeiro: Forense, 2010;

PAROSKI, Mauro Vasni. Direitos Fundamentais E Acesso À Justiça Na Constituição. São Paulo: Ltr, 2008;

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Acesso À Justiça No Direito Processual Brasileiro. São Paulo: Acadêmica, 1994;

CAPELLETTI, Mauro; Garth, Bryant. Acesso À Justiça. Tradução E Rev. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988;

NALINI, José Renato. O Juiz E O Acesso À Justiça. 2. Ed., Rev., Atual. E Ampl. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2000;

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro De. Poderes Do Juiz E Visão Cooperativa Do Processo. Revista Da Ajuris, Porto Alegre, V. 30, N. 90;

BADARÓ, Gustavo Righi Ivahy. Ônus Da Prova No Processo Penal. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2003;

THEODORO JÚNIOR., Humberto. Prova – Princípio Da Verdade Real – Poderes Do Juiz – Ônus Da Prova E Sua Eventual Inversão – Provas Ilícitas – Prova E Coisa Julgada Nas Ações Relativas À Paternidade (Dna). Revista Brasileira De Direito De Família, Porto Alegre, Ano I, N. 3;

ABREU, Leonardo Santana De. Direito, Ação E Tutela Jurisdicional. Porto Alegre: Livraria Do Advogado, 2011;

AMARAL, Maria Terezinha Gomes. O Direito De Acesso À Justiça E A Mediação. Rio De Janeiro: Lumen Iuris, 2009;

FARIA, José Eduardo. Introdução: O Judiciário E O Desenvolvimento Sócio- Econômico. In: _____. Direitos Humanos, Direitos Sociais E Justiça. São Paulo: Malheiros, 2010;

CAMPILONGO, Celso Fernandes. O Direito Na Sociedade Complexa. 2. Ed. São Paulo:

Saraiva, 2011;

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A Justiça No Limiar De Novo Século. Revista Forense, Rio de Janeiro, Ano 88, V. 319;

LUNA, Everardo da Cunha. Abuso De Direito. Rio De Janeiro: Forense, 1959;

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. vol.1. Introdução ao direito civil; teoria geral do direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 673;

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Parte Geral. 3. Ed. São Paulo : Atlas, 2003;

SENNA, Andressa Paula. O Abuso De Direito E A Litigância De Má-Fé Como Impeditivos À Marcha Processual E Ao Resultado Justo da Prestação Jurisdicional. Revista De Direito Privado, São Paulo, V.10, N. 40, Out./Dez.2009;

TARTUCE, Flavio. Questões Controvertidas Quanto À Reparação Por Danos Morais. : Aspectos Doutrinários e Visão Jurisprudencial.. Disponível Em: <[Http://Egov.Ufsc.Br/Portal/Sites/Default/Files/Anexos/8714-8713-1-Pb.Htm](http://Egov.Ufsc.Br/Portal/Sites/Default/Files/Anexos/8714-8713-1-Pb.Htm)>. Acesso Em: 12 Jun. 2017;

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Pela Mão De Alice – O Social E O Político Na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 1999;

DESTEFENNI, Marcos. Manual de Processo Civil Individual E Coletivo. São Paulo: Saraiva, 2012;

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. V. Único. 3. São Paulo: Método, 2011;

WARAT, Luís Alberto. O Ofício do Mediador, Vol. I. Florianópolis, Habitus, 2001;

LAMY, Eduardo de Avelar; Rodrigues, Horácio Wanderlei. Curso de Processo Civil: Teoria

Geral do Processo, Vol. I. Florianópolis, Conceito Editorial, 2010;

CARMONA, Carlos Alberto. A Arbitragem No Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1993;

MORAIS, Jose Luis Bolzan De. Mediação e Arbitragem: Alternativas À Jurisdição! Porto Alegre, Livraria do Advogado: 2009;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Censo Populacional. Brasil: Atlas, 2010;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Censo Populacional. Brasil: Atlas, 2000;

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, CNJ. Justiça Em Números. Brasil: CNJ, 2010;

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, CNJ. Justiça Em Números. Brasil: CNJ, 2016.